

Profissionalização dos sociólogos em Portugal — contextos, recomposições e implicações¹

Fernando Luís Machado

Resumo: Neste artigo analisa-se o processo de profissionalização dos sociólogos em Portugal, o qual conheceu, especialmente durante a última década, um impulso considerável. Actualmente, para além da universidade, que já não é o sector maioritário, os sociólogos portugueses estão significativamente profissionalizados em múltiplos departamentos da administração central, nas autarquias, nas empresas e noutras instituições. Na primeira parte do texto são referenciados factores de natureza estrutural, social, económica, cultural e institucional que têm favorecido essa profissionalização alargada e apresentam-se alguns elementos de comparação que ajudam a situar o caso português no contexto internacional. Na segunda parte, traçam-se os contornos da sociografia possível dos sociólogos portugueses, com base na composição etária e sexual, na localização geográfica e nos lugares profissionais e inserções institucionais dos membros da Associação Portuguesa da Sociologia. Na última parte, discutem-se algumas implicações que decorrem desta evolução profissional para a situação da sociologia portuguesa enquanto ciência e profissão. Trata-se basicamente de questões que têm a ver com a relação triangular entre reflexividade social, profissionalização dos sociólogos e prática sociológica.

1. Introdução

Nos últimos dez anos, aproximadamente, a profissionalização da sociologia e dos sociólogos em Portugal conheceu, a vários títulos, uma evolução muito positiva. Como veremos através da sociografia possível, mas esclarecedora, dos sociólogos portugueses, actualmente, para além do ensino e da investigação no ensino superior, sector que hoje é, ele próprio, muito mais diversificado do que anteriormente, há outros contextos de profissionalização consolidados ou em vias de consolidação.

É certo que o número de sociólogos que exerce profissão nos sectores que se têm aberto mais recentemente à sociologia está abaixo do que seria necessário para, juntamente com os restantes, absorverem a oferta anual de licenciados. No entanto, os elementos disponíveis mostram que esse desajustamento entre oferta e procura, diagnosticado há dez anos atrás como o principal problema da sociologia portuguesa², diminuiu consideravelmente.

Por outro lado, é igualmente verdade que esse número também está, em muitos casos, reconhecidamente abaixo das necessidades desses mesmos contextos em termos das competências profissionais fornecidas pela sociologia. A prová-lo está a reorientação das próprias estratégias de recrutamento de recursos humanos qualificados em vários sectores. Não só se procuram sociólogos a par de outros profissionais científicos e técnicos, como, em alguns casos, a contratação de sociólogos parece ter assumido a prioridade que antes era atribuída a outros especialistas. As experiências bem sucedidas dos que se podem considerar pioneiros da profissionalização nesses sectores também têm contribuído para o alargamento do campo da sociologia.

Nas autarquias ou em departamentos variados da administração central e regional, ligados ao planeamento, ao emprego, à justiça, à segurança social, ao aparelho estatístico, entre outros, bem como em empresas de diversas dimensões e ramos de actividade, ou ainda em associações de desenvolvimento ou organizações não governamentais, a presença de sociólogos atinge hoje uma expressão que mesmo os menos cépticos não previriam quando, em 1988, se discutiram pela primeira vez as “condições de exercício e perspectivas profissionais da sociologia em Portugal”, no âmbito do 1º Congresso Português de Sociologia³.

A presença de diplomados em sociologia em diferentes segmentos do mercado de trabalho, embora seja, por si só, um importante sinal de mudança no significado social e profissional da sociologia, não quer dizer, no entanto, que exista hoje um leque bem definido de papéis profissionais universalmente perceptíveis para os que neles tenham interesse real ou virtual, sejam estudantes, docentes, profissionais já no mercado ou empregadores em geral. Os testemunhos dos que têm protagonizado um certo pioneirismo na profissionalização em áreas novas, dão bem conta de que, à partida, o enquadramento, o lugar e as funções dos sociólogos nas instituições onde começam a trabalhar é regulado, muitas vezes, apenas por expectativas, parâmetros e pedidos de natureza geral⁴. Os papéis profissionais não estão previamente construídos à entrada, vão-se antes construindo gradualmente, o que não deixa, aliás, de dar origem a discussões e equívocos identitários sobre o que é ser sociólogo.

Isto tem a ver, obviamente, com a própria juventude da sociologia em Portugal. Estando em consolidação a sua visibilidade pública alargada, e perante uma acumulação ainda restrita de experiência e reflexividade profissionais, nem os empregadores, nem os sociólogos ou os estudantes de sociologia dispõem, neste momento, de um mapa mental dos papéis profissionais possíveis com contornos tão nítidos como o que existe nas profissões de sedimentação histórica mais longa. De qualquer modo, e numa perspectiva mais global, o que importa não esquecer é que pela própria força da transformação social, ao nível da complexificação da divisão do trabalho, os papéis profissionais nunca estão, seja em que domínio for, definitivamente fixados.

Por outro lado, é certo que a cultura profissional de um grupo⁵ e a atitude pessoal dos seus membros são factores que, especialmente numa fase de conquista de posições no mercado de trabalho, têm igualmente influência, uma vez que não deixam de se reflectir no posicionamento dos interessados perante as oportunidades e as circunstâncias de profissionalização. Só assim se compreende que licenciados da mesma escola, com a mesma formação e da mesma geração sigam percursos profissionais completamente diferentes em instituições do mesmo tipo ou até, por vezes, dentro da mesma instituição, afirmando-se uns, perante os seus interlocutores e perante si próprios, como sociólogos e outros não.

Neste texto, a questão da profissionalização dos sociólogos em Portugal é abordada em três planos articulados. Num primeiro ponto são analisados factores de natureza estrutural, social, política, económica, cultural e institucional que estão na base da crescente profissionalização dos sociólogos em Portugal. Apresenta-se uma cronologia desse processo e recorre-se a elementos comparativos de outros países, que permitem situar melhor o caso português.

Depois, com base nas evidências disponíveis, apresentam-se alguns elementos de caracterização sociográfica dos sociólogos membros da Associação Portuguesa de Sociologia, incluindo a composição etária e sexual, a distribuição geográfica e, principalmente, a caracterização profissional, em termos de lugares e instituições de inserção.

Finalmente, discutem-se algumas questões decorrentes da diversificação da prática profissional dos sociólogos e das suas implicações para a sociologia enquanto ciência e profissão. Trata-se, fundamentalmente, de questões que têm a ver com a relação triangular entre profissionalização, reflexividade social e auto-reflexividade sociológica.

2. Condições sociais de profissionalização dos sociólogos

A questão da profissionalização dos sociólogos, em Portugal como em qualquer outra sociedade moderna, tem de ser colocada no contexto mais amplo da importância económica, sócio-cultural e política crescente que, nessas sociedades, têm factores como o conhecimento e a informação e nos respectivos efeitos em termos do papel desempenhado pelas profissões intelectuais e científicas em geral.

O carácter estruturante desses factores tem-se traduzido, sobretudo ao longo das duas últimas décadas, mas já antes disso no caso das sociedades avançadas, não só no crescimento continuado dos titulares dessas profissões no contexto da divisão do trabalho, como na sua proeminência e importância estratégica para as organizações onde desenvolvem actividade.

Um dos autores, entre muitos outros, que salienta justamente esta evolução é Giddens, quando diz que um dos elementos intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas são os sistemas periciais, entendidos como “sistemas de realização técnica, ou de pericialidade profissional, que organizam vastas áreas do ambiente material e social em que vivemos”⁶.

Uma contribuição particularmente interessante neste contexto é a de Robert Reich, num livro recente intitulado *O Trabalho das Nações*. Sustenta este autor que se está a operar uma profunda transformação no universo das profissões nas sociedades mais avançadas, nomeadamente nos Estados Unidos, traduzindo-se na emergência de três novas categorias, de recorte amplo, que atravessam as fronteiras tradicionalmente traçadas pelos sistemas internacionais de classificação das profissões.

Essas “três profissões do futuro” são os “trabalhadores de rotina”, não só os do sector industrial, como boa parte dos trabalhadores terciários e dos que trabalham com informação, seja em termos de execução material, seja na supervisão de médio e baixo nível; os “fornecedores de serviços interpessoais”, que desenvolvem também tarefas simples e repetitivas, mas cujos serviços são oferecidos pessoa a pessoa e, por isso, ao contrário do que acontece com os primeiros, os produtos do seu trabalho não são vendidos a uma escala mundial; e, finalmente, os “analistas simbólicos”, que se distinguem profissionalmente pelas suas actividades de “resolução de problemas, de identificação de problemas e de intermediação estratégica”, através da “manipulação de símbolos — dados, palavras, representações orais e virtuais”.

Os analistas simbólicos, que possuem níveis de escolaridade muito mais elevados do que qualquer das anteriores categorias, trabalham com

“ferramentas analíticas, afiadas pela experiência”, sejam elas “algoritmos matemáticos, argumentos legais, expedientes financeiros, princípios científicos, conhecimento psicológico sobre como convencer ou divertir, sistemas de indução ou dedução, ou qualquer outro conjunto de técnicas que permitam fazer *puzzles* conceptuais”. Segundo Reich, eles estão a aumentar não só nos Estados Unidos como, virtualmente, em todas as sociedades desenvolvidas e são, entre todas as profissões, os melhor posicionados no quadro de uma economia competitiva global⁷.

Do ponto de vista da análise de classes, Wright especifica o lugar ocupado por estes profissionais intelectuais e científicos na divisão de trabalho, recorrendo aos critérios dos recursos em qualificações e dos recursos organizacionais, o que permite ajustar a sua matriz de lugares de classe ao crescimento desta e de outras categorias intermédias e à complexidade assim introduzida na estrutura de classes das sociedades desenvolvidas.

Eles podem ocupar lugares aos quais está associada a posse de montantes elevados dos dois tipos de recursos, caso em que se designam por “peritos gestores” ou “peritos supervisores”, ou lugares que exigem elevadas qualificações escolares mas em que não se exercem funções de enquadramento, caso dos “peritos não-gestores”⁸. Estes últimos têm uma posição particular, já que as altas qualificações profissionais que possuem são a base da sua autonomia relativamente à hierarquia burocrática das organizações onde estão inseridos, embora essa autonomia não seja um dado definitivo, mas sim um processo sempre sujeito a tensões.

A importância das profissões altamente qualificadas na evolução das sociedades modernas é bem visível, até por contraste, no caso da sociedade portuguesa.

Quando nos países mais desenvolvidos esse sector da estrutura profissional tinha já atingido um peso relativo considerável e continuava a crescer, em Portugal a sua expressão era diminuta. Em 1960, os profissionais intelectuais, científicos e técnicos, categoria que engloba não só as profissões que têm na sua base uma formação académica igual ou superior à licenciatura, como as profissões técnicas intermédias, representavam apenas 2,8% da população activa portuguesa.

O processo geral de modernização e desenvolvimento do país, sobretudo após Abril de 74, trouxe consigo o crescimento muito rápido dessa categoria profissional, crescimento de certo modo já prefigurado, antes mesmo daquela data, pela primeira massificação do ensino universitário, nos anos 60. O seu peso percentual praticamente duplicou de década para década, o que também se compreende pelos tão baixos números de partida. Em 1992, os profissionais científicos e técnicos representavam já

17,1% dos activos, salto que constitui uma das facetas mais significativas dos processos de recomposição mais vastos ocorridos na sociedade portuguesa nas duas últimas décadas⁹.

É, por um lado, apesar de todas as insuficiências que lhe são reconhecidas, com a constituição de um Estado-Providência, e consequente expansão nacional dos serviços públicos em áreas como o ensino, a segurança social, o emprego, a saúde ou a justiça, entre outras e, por outro lado, com a modernização das empresas, que se assiste à entrada no mercado de trabalho, em proporções nunca antes registadas, de profissionais altamente qualificados das mais variadas áreas do conhecimento.

Quadro 1: Evolução recente de alguns grupos profissionais em Portugal

	1981	1991	Δ 1981/1991
Médicos e profissões similares	20985	29562	+ 40,8%
Professores	119131	166615	+ 39,9%
Especialistas das ciências sociais e profissões similares	19725	27456	+ 39,9%
Juristas	6186	13665	+121,0%

Fonte: XII e XIII Recenseamentos Gerais da População, I.N.E

Quadro 2: Licenciados de várias disciplinas e respectivas composição etária e taxas de desemprego em 1991

	Total licenciados	Licenciados - 35 anos (%)	Desemprego lato total ⁱ (%)	Desemprego lato licenc. - 35 anos (%)
Ciências Sociais	20902	44,3	2,1	3,3
Ciências da Engenharia	41985	35,3	1,5	2,2
Direito	17379	39,8	2,6	5,3
Letras	39261	38,9	1,4	2,2
Ciências Exactas e Naturais	13352	39,1	1,6	2,2
Ciências Médicas	35374	38,3	0,7	1,0
Administração de Empresas	20818	48,2	2,4	3,5

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População (1991), I.N.E.

ⁱ Por desempregados em sentido lato entende o Instituto Nacional de Estatística o conjunto dos indivíduos que procuram o primeiro emprego ou um novo emprego.

Como se pode ver no Quadro 1, o crescimento dos especialistas das ciências sociais insere-se nesse movimento mais geral de multiplicação do conjunto das profissões intelectuais e científicas. Entre 1981 e 1991, o número dos profissionais das ciências sociais aumenta a ritmo idêntico ao dos professores e dos médicos, mas muito menos do que os juristas, que vêem os seus efectivos aumentar para mais do dobro.

Essa rápida progressão tem como consequência directa o facto de a generalidade das profissões científicas e técnicas apresentar estruturas etárias marcadamente jovens. A larga predominância de jovens entre os sociólogos, visível na composição etária dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia, que adiante analisaremos, e que, à primeira vista, pode parecer uma característica singular atribuível estritamente à institucionalização recente da sociologia em Portugal — e até, para alguns, sinal de fragilidade no estatuto da profissão — faz parte, afinal, de um fenómeno mais amplo, de natureza estrutural, que envolve não só os licenciados das ciências sociais, como os licenciados em geral.

Com efeito, como se vê no Quadro 2, os licenciados das principais áreas de conhecimento, com a excepção ligeira dos engenheiros, apresentam um perfil etário acentuadamente jovem. A percentagem de indivíduos com menos de 35 anos ronda os quarenta por cento no caso dos juristas, dos especialistas das ciências exactas e naturais, dos licenciados da área de letras e dos médicos. Os especialistas em ciências sociais são, em média, ligeiramente mais novos, mas ainda assim ultrapassados pelos licenciados em gestão de empresas, os quais se aproximam dos cinquenta por cento abaixo daquela linha de idade.

Neste quadro, o que é específico da sociologia em Portugal é a juventude ser tripla, já que caracteriza não só os profissionais, como a profissão e a própria disciplina.

Por outro lado, as taxas de desemprego desses licenciados são relativamente baixas, embora não desprezáveis. Mas não deixa de ser interessante observar que, embora com percentagens de desemprego acima dos diplomados em medicina, engenharia ou em ciências exactas e naturais, os licenciados em ciências sociais apresentam taxas de desemprego mais baixas do que os seus homólogos de gestão de empresas e de direito, quer em termos totais quer quando medidas abaixo dos 35 anos.

O aumento do peso relativo das profissões científicas e técnicas na economia e na sociedade portuguesa é um dos mais importantes indicadores de modernização do país nos últimos vinte anos, tendo contribuído para reduzir o enorme fosso que separava Portugal da generalidade dos países avançados. As baixas taxas de desemprego dos licenciados em geral, incluindo os das ciências sociais, parecem mostrar que a estrutura socioprofissional

tem absorvido e poderá continuar a absorver, modernizando-se mais, os diplomados que saem actualmente das universidades portuguesas.

Claro que não se podem ignorar, neste contexto, os efeitos nocivos, actuais ou virtuais, da expansão desregrada de certas áreas de formação no ensino universitário, público mas especialmente privado, nem o fenómeno mais global de desvalorização dos diplomas, bem conhecido nas economias mais desenvolvidas. Em todo o caso, a distância a que Portugal ainda se encontra dos valores médios europeus em termos de qualificações escolares da população em geral, nomeadamente no que respeita aos titulares de diplomas de ensino superior, e as reconhecidas carências de recursos humanos qualificados em muitos sectores da economia, faz pensar que aquele processo de expansão poderá continuar na medida em que a sociedade portuguesa se torne mais desenvolvida.

Para além destes factores de natureza estrutural que têm favorecido o crescimento e diversificação das profissões científicas e técnicas no seu conjunto, incluindo naturalmente a sociologia, a crescente profissionalização dos sociólogos tem contado com outros impulsos. Um deles é a própria consolidação institucional do campo da sociologia, em vários planos; o outro é o incremento das procuras sociais, não só as de natureza mais global que acabei de comentar, mas as que se têm dirigido especificamente à disciplina.

As lógicas e os mecanismos que presidem à formação dessas procuras estão identificados nos seus contornos globais e têm a ver com aquilo que autores como Touraine ou Giddens¹⁰, entre outros, designam pela crescente capacidade das sociedades modernas se pensaram a si próprias, ou seja, por uma capacidade de reflexividade social, por parte das instituições, dos movimentos sociais e dos actores comuns, para a qual as ciências sociais em geral, e a sociologia em particular, têm contribuído largamente. A formação e transformação das procuras sociais da sociologia em Portugal é um processo que merecia ele próprio investigação sociológica aprofundada, até para uma comparação internacional, e sobre o qual já têm sido sugeridas pistas interessantes, que referirei à frente.

Mas para já o que pretendo sublinhar é o facto de o incremento recente dessas procuras não poder ser dissociado do fortalecimento institucional da sociologia portuguesa.

Veja-se a questão da oferta de ensino universitário nesta área. Essa oferta cresceu gradualmente, com as primeiras licenciaturas a surgirem ainda nos anos 70, tendo os anos 80 trazido a diversificação regional e a estabilização. Hoje há oito licenciaturas em Sociologia, todas em escolas públicas, implantadas a uma escala nacional, já que praticamente todas as regiões do país estão cobertas. Há, além disso, universidades privadas

que criaram cursos orientados claramente no sentido da aproximação temática e curricular à sociologia, mas que formal e legalmente não o são.

Quase todas essas escolas de sociologia constituem já pólos dinâmicos com individualidade própria, experiência acumulada, projectos consolidados em termos científicos, pedagógicos e profissionais e com as suas zonas privilegiadas de difusão regional. Para além da qualificação gradual dos seus corpos docentes, através da normal progressão na carreira académica, que é, ela própria, um importante factor de fortalecimento e enriquecimento do campo, essas licenciaturas têm demonstrado, em geral, capacidade crescente de preparar os alunos para um leque diversificado de papéis profissionais.

Cronologia da profissionalização da sociologia em Portugal

Tratando-se de uma reconstituição de marcos de referência no processo de profissionalização da sociologia e dos sociólogos em Portugal, tomou-se a opção de iniciar esta cronologia no momento em que se concretizam efectivamente as condições fundamentais para a existência de uma profissão, em particular a existência de espaços institucionais destinados à transmissão dos saberes especializados próprios da disciplina que lhe está na base.

Obviamente, isto não significa que se ignore os antecedentes “clássicos” e, muito menos, os contemporâneos da sociologia entre nós, nomeadamente, na década de 60, o papel fundador de uma instituição como o *Gabinete de Investigações Sociais* e dos que lá trabalharam ou a importância da revista *Análise Social*, como primeiro rosto público da disciplina. Sobre esses antecedentes estão já disponíveis trabalhos de inventariação e análise, de que são exemplo o texto de António Teixeira Fernandes publicado neste número ou o de Manuel Braga da Cruz intitulado “Para a história da sociologia académica em Portugal”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, número especial, 1983.

1974

Início do curso de licenciatura em Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

1979

Início dos cursos de licenciatura em Sociologia da Universidade de Évora e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1983

Primeiros mestrados em Sociologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

1984

1º Encontro Nacional de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho.

Reuniões alargadas, promovidas por finalistas de Sociologia do ISCTE e da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, para discutir o problema das saídas profissionais.

1985

Constituição da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Constituição da Associação Portuguesa dos Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT).

Início da licenciatura em Sociologia da Universidade do Porto.

1986

Constituição da Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses (APSP).

“Encontro de Profissionais de Sociologia” promovido pela Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses e pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

Início da licenciatura em Sociologia da Universidade da Beira Interior.

1988

Realização pela APS, em Lisboa, do 1º Congresso Português de Sociologia, subordinado ao tema “A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século”.

Primeiros textos de reflexão sobre a profissionalização dos sociólogos, apresentados no painel “Condições de Exercício e Perspectivas Profissionais da Sociologia em Portugal”, no 1º Congresso Português de Sociologia. Por convite da APS participaram nesse painel elementos da Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses, que mais tarde viria a dissolver-se. Paralelamente, a APS entregou à APSIOT a coordenação científica do grupo de trabalho sobre “Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho”.

Início da licenciatura em Sociologia da Universidade de Coimbra.

Início da licenciatura em Sociologia do Trabalho do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

1989

Constituição da Secção do Campo Profissional da Associação Portuguesa de Sociologia.

Início da licenciatura em Sociologia das Organizações da Universidade do Minho.

1990

Realização, no Porto, do Encontro sobre “Os Sociólogos nas Organizações e nos Processos de Desenvolvimento”, promovido pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pela Secção do Campo Profissional da APS.

Edição pela Secção do Campo Profissional da A.P.S. do volume “Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos”.

Realização em Lisboa, com o apoio da APS, do 1º Encontro Nacional de Estudantes de Sociologia, onde participaram cerca de 500 estudantes oriundos de todas as Universidades que ministram licenciaturas em Sociologia.

1992

Realização pela APS, em Lisboa, do 2º Congresso Português de Sociologia, subordinado ao tema geral “Estruturas Sociais e Desenvolvimento”.

Aprovação pela Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Sociologia do Código Deontológico dos Sociólogos.

1993

Realização, em Vila do Conde, do Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia sobre “Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local”.

Início da licenciatura em Sociologia e Planeamento no ISCTE.

1994

Criação de uma disciplina optativa sobre “Práticas Profissionais em Sociologia” no âmbito da licenciatura em Sociologia do ISCTE.

6º Encontro Nacional de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho.

1996

Realização pela A.P.S., em Lisboa, do 3º Congresso Português de Sociologia, subordinado ao tema “Práticas e Processos da Mudança Social”.

Realização, em Lisboa, com o apoio da APSIOT do 1º Encontro Nacional de Estudantes de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, para debater o problema das saídas profissionais.

Claro que a questão da compatibilidade entre formação académica e capacidades de profissionalização continua e continuará a merecer as mais variadas críticas¹¹, até por se tratar de um problema que, por efeito dos processos de reconfiguração do mercado de trabalho, estará sempre em aberto. Em todo o caso, é iniludível que a experiência acumulada, a capacidade de aprendizagem e também a memória das próprias escolas que formam sociólogos lhes dão hoje capacidades de resposta que, necessariamente, não tinham quando iniciaram a sua actividade. Bom exemplo disso tem sido a promoção de estágios de fim de curso, alguns enquadrados por sociólogos profissionalizados nas instituições receptoras, parte dos quais tem desembocado na contratação posterior dos licenciados.

Em face do número actual de licenciaturas em sociologia, pode-se sempre perguntar se não são demasiadas para o mercado de trabalho existente. A melhor resposta a essa pergunta é dada pelo próprio processo de crescimento e diversificação da profissionalização dos sociólogos, em todas as regiões do país, o que, como já foi assinalado, torna essa preocupação bem menor do que há alguns anos atrás, embora ela não possa nunca deixar de estar presente.

Mas essa discussão não se pode fazer sem considerar igualmente o nível de procura que essas licenciaturas têm registado por parte dos que, todos os anos, se candidatam a entrar nas universidades. A manutenção ao longo de todos estes anos, na generalidade das licenciaturas, de elevadas notas de acesso é um indicador a ser tido em conta, ao qual não são alheios, certamente, a consolidação institucional e o prestígio das escolas que as oferecem.

Por outro lado, a questão do desajustamento entre oferta e procura, a este nível, deve ser colocada em termos comparativos. O caso da sociologia não deve ser visto isoladamente, mas num quadro mais amplo que abrange todas as outras formações de nível superior, incluindo as profissões científicas de prestígio “histórico”, em que até há poucos anos esse problema não se punha e hoje se põe.

Se virmos o que se passa, por exemplo, na área da engenharia, concluímos que a oferta de formação disparou de forma exponencial, causando sérios problemas à profissionalização das novas vagas de licenciados. Num texto recente, o bastonário da Ordem dos Engenheiros denuncia justamente os efeitos negativos do crescimento descontrolado dos cursos de engenharia, que são já, entre universitários e politécnicos, mais de 170. Esses efeitos fazem-se sentir ao nível da qualidade do ensino, na tendência para uma super-especialização contraproducente em termos de mercado de trabalho e na erosão do estatuto dos engenheiros no contexto global das profissões científicas e técnicas¹².

Se tomarmos também o exemplo de uma área como a de gestão de empresas, ela própria recente, mas que, diferentemente da sociologia, acumulou muito depressa um capital de profissionalização elevado, observa-se algo de semelhante, com a proliferação de dezenas de cursos por todo o país, o que está a pôr em causa garantias de emprego que até há alguns anos atrás eram quase plenas.

Uma visão panorâmica sobre a situação actual do mercado de trabalho para as profissões científicas e técnicas é dada num número especial de 1995 da revista *Forum Estudante*, dedicado inteiramente à avaliação das possibilidades de mercado de cem profissões. Aí, a profissão de sociólogo é considerada em expansão e bem cotada em termos de um “índice de situação actual” relativo às perspectivas profissionais. A cotação positiva dos sociólogos é partilhada por profissões como economista, técnico de recursos humanos, arquitecto, biotecnólogo e engenheiros de várias especialidades, ao passo que as profissões de advogado, médico, gestor, psicólogo, assistente social e engenheiros de outras especialidades recebem uma avaliação negativa¹³.

Num outro plano, paralelo mas indissociável da institucionalização do ensino universitário, a sociologia tem-se consolidado enquanto disciplina científica com conhecimentos acumulados e capacidades de análise sobre a sociedade portuguesa. Para isso tem contribuído decisivamente não só o financiamento público da investigação universitária, como os muitos pedidos, por parte da administração pública central, das autarquias ou de instituições privadas, visando a realização de estudos com os mais variados objectivos, âmbitos e recortes temáticos.

O primeiro teve na segunda metade dos anos 80 um incremento significativo, sobretudo através dos programas da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, embora em anos mais recentes, por razões de reorientação política que secundarizaram genericamente as ciências sociais, tenha conhecido evolução inversa¹⁴.

Os segundos, pelo contrário, têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. Do mesmo modo que foi abrindo os seus quadros à admissão de sociólogos, a administração pública central, regional e local cada vez mais tem solicitado o concurso externo da sociologia, como meio de identificação de problemas e de fundamentação e avaliação de políticas. A juventude, o desenvolvimento, os valores, a justiça, a educação, as práticas e consumos culturais, entre várias outras, são áreas temáticas onde essa solicitação é notória. Os efeitos específicos, directos e indirectos, da integração europeia, a este nível, são um factor que não se pode subestimar. Basta ver a vasta área de trabalho aberta, para a investigação e a intervenção, pelos Programas Europeus de Luta contra a Pobreza e suas sequências nacionais ou a prática, que se vai generalizando, de solicitação da sociologia para avaliação sistemática de projectos de várias ordens.

Também na relação com os *media* se podem ver os efeitos conjugados da consolidação institucional e alargamento do campo da sociologia e do aumento e especificação das procuras sociais que lhe são dirigidas. Não é preciso recuar senão alguns anos para se perceber as alterações verificadas nesse domínio. Actualmente a presença da sociologia nos meios de comunicação social tem uma expressão que nunca conheceu antes. Para além das colaborações regulares, de cunho pessoal, que alguns sociólogos mantêm tanto na imprensa escrita, como na rádio e na televisão, sob formatos variados, tornaram-se comuns solicitações mais generalizadas para participar em debates, comentar acontecimentos, divulgar resultados de estudos de maior impacto público ou dar contributos especializados em reportagens sobre problemas sociais. A entrada da relação dos sociólogos com os *media* na agenda do debate sociológico, no último Congresso, só comprova a mudança qualitativa que, também a este nível, ocorreu na visibilidade pública da sociologia.

Um importante vector de fortalecimento institucional da sociologia tem sido, por seu lado, o movimento associativo. Desde a sua constituição, a Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e a Associação Portuguesa dos Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT) têm sabido integrar e suscitar o diálogo entre os profissionais universitários e extra-universitários das várias escolas, da pesquisa fundamental, aplicada e da intervenção sociologicamente informada, do sector público e do sector privado, da geração “fundadora” e recém-licenciados, docentes e estudantes.

Se é verdade que passaram quase dez anos entre o início das primeiras licenciaturas e a constituição destas associações, a filosofia e o mo-

mento da sua formação tiveram como efeito positivo a superação quer dos bloqueamentos resultantes de tentativas anteriores no sentido de uma organização mais elitista, e que por isso mesmo não vingaram, quer da divisão artificial em duas associações, uma alegadamente mais profissional e outra alegadamente mais científica.

A Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses (APSP), formada alguns meses depois da APS, teve um importante papel de mobilização dos finalistas de sociologia para a discussão do problema das saídas profissionais, o que lhe conferiu um impulso inicial muito forte. Mas à medida que a Associação Portuguesa de Sociologia se foi afirmando como uma associação de todos os sociólogos, não dissociando ciência e profissão, foi ficando cada vez mais à vista de todos o carácter forçado da dupla representação.

A APSP esvaziou-se naturalmente até à dissolução, na justa medida e ao mesmo tempo que a APS cresceu, englobando sociólogos de todos os sectores profissionais e desenvolvendo, através da Secção do Campo Profissional, um trabalho continuado de reflexividade profissional, com destaque para a difusão alargada de experiências e papéis profissionais de sociólogos em diversos contextos institucionais e a elaboração do Código Deontológico, aprovado em 1992.

As actividades associativas de comunicação, debate e divulgação científica têm desempenhado um papel muito relevante, não só do ponto de vista da visibilidade e da consolidação interna, mas também em termos de imagem pública.

Para além dos Encontros de Profissionais de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, que a APSIOT tem promovido com boa regularidade, e das várias iniciativas das secções da APS, os três Congressos até agora realizados constituíram, pela participação alargada que suscitaram a vários níveis, prova do dinamismo e da afirmação crescente dos sociólogos como grupo profissional. Para dentro, têm sido momentos de encontro, troca, comunicação, aprendizagem, debate, socialização — antecipada no caso dos estudantes — e sociabilidade. Para fora, momentos de máxima visibilidade pública e mediática da sociologia. No domínio da divulgação pública mais informal veja-se o sucesso que têm tido as já consagradas Noites de Sociologia de Lisboa e do Porto.

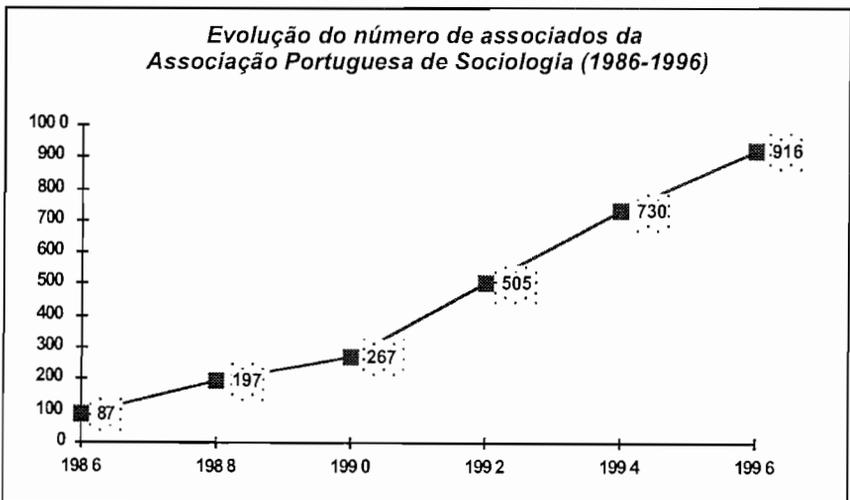
Fazendo uma retrospectiva sobre a profissionalização dos sociólogos portugueses, em 1988, António Firmino da Costa distinguia três etapas nesse processo. Um “período dos pioneiros”, até 1974; um “período de institucionalização universitária” do ensino e da investigação científica, até meados dos anos 80; e “um período de constituição dos

sociólogos em grupo profissional (de que estamos a dar os primeiros passos)”¹⁵.

A evolução do número de sócios da Associação Portuguesa de Sociologia, desde a sua fundação há 11 anos atrás, parece mostrar que esses primeiros passos já foram dados e constitui, por outro lado, uma boa imagem da progressiva profissionalização dos sociólogos portugueses. Em dez anos, o número de sócios mais do que decuplicou, notando-se especialmente a aceleração do ritmo de crescimento já nos anos 90. Em apenas dois anos, entre 1990 e 1992, esse número dobrou.

Se nos dois ou três primeiros anos a APS era composta fundamentalmente por docentes universitários, o que foi decisivo para a solidez da partida, não só por reunir docentes de todas as escolas, como por ter facilitado a filiação imediata na Associação Internacional de Sociologia, progressivamente ela alargou o seu recrutamento em todas as direcções, integrando sociólogos que ocupam uma grande diversidade de lugares profissionais e aproximando-se mais do estado efectivo actual do campo.

O crescimento contínuo do número de associados da A.P.S. não pode, por outro lado, deixar de ser entendido como uma manifestação expressa do reforço do que, no texto já citado, António Firmino da Costa considerava ser o modelo emergente de cultura profissional dos sociólogos, ou seja, uma “cultura da associação” entre ciência e profissão, por oposição



Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

a um modelo declinante que dissociava, a vários níveis, essas duas dimensões da prática sociológica¹⁶.

Tanto a institucionalização e alargamento do campo da sociologia, como o aumento e especificação das procuras sociais que lhe são dirigidas, alteram significativamente o quadro em que os sociólogos portugueses se movimentam e confrontam-nos com novas questões de natureza epistemológica, profissional e deontológica.

Mas antes de referir essas questões, o que farei na última parte, vale a pena introduzir aqui alguns elementos comparativos sobre o trajecto e a situação actual da profissionalização e organização dos sociólogos em alguns países onde a sociologia, enquanto ciência, ensino e profissão, se desenvolveu em primeiro lugar.

Os Estados Unidos, para além dos contributos quase fundadores que deram para a constituição própria da matriz disciplinar da sociologia, foram o país onde mais cedo a sociologia se tornou uma profissão, o que levou mesmo alguém a dizer que os sociólogos americanos foram os primeiros sociólogos “seculares”, por contraposição aos sociólogos “regulares” europeus¹⁷.

Consagrando a situação de profissionalização alargada, não só nas universidades como fora delas, em 1963, a principal organização dos sociólogos americanos muda de nome, não sem uma discussão acesa iniciada alguns anos antes, em que a mudança terminológica era obviamente apenas o pretexto. A *American Sociological Society*, constituída em 1908, dá lugar à *American Sociological Association*.

Na segunda metade da década de 60 e até aos primeiros anos 70, a Associação Americana de Sociologia registou um crescimento verdadeiramente espectacular do número de membros, que passa de 8.800 em 1965 para quase 15.000 em 1972. Nessa época, o funcionamento burocrático da A.S.A. passava inclusivamente pela existência um representante permanente em Washington pago generosamente apenas para fazer *lobbying* junto do poder político¹⁸.

Posteriormente, e por efeito da convergência de factores internos e externos, o número de membros da A.S.A. cai a pique durante toda a década de 70 e princípios dos anos 80. Internamente, isso deve-se, sobretudo, à forte contestação dos ditos sociólogos “radicais” ao *status quo* da sociologia americana, contestação que teve um dos seus momentos mais fortes já no congresso de 1968.

Aí, um dos contestatários classificou o congresso como um conclave onde se reuniam “os grandes padres e o baixo clero, os escribas, os laicos intelectuais e as vítimas inocentes, todos mutuamente empenhados na

consagração da falsidade... Esta profissão é uma excrescência do conservadorismo e do tradicionalismo herdados do século XIX europeu, adaptado à maneira do liberalismo dos *trusts* do século XX americano. O sociólogo profissional olha de cima para o povo e a sua mão lisonjeia os poderosos”¹⁹. Esta corrente crítica viria a obter, em 1970, uma expressão mais alargada e mais sólida com a publicação do livro *The Coming Crisis of Western Sociology*, de Alvin Gouldner.

Externamente o principal factor foi a queda muito acentuada dos financiamentos públicos à sociologia, ela própria produto de cortes mais gerais nas despesas públicas que caracterizaram a fase de crise económica iniciada com o chamado “choque petrolífero” de 1973.

O declínio da Associação Americana de Sociologia é invertido ainda nos anos 80, observando-se a partir de 1983 novo crescimento do número de associados. Em 1988, a A.S.A. engloba um pouco mais de metade dos 20.000 sociólogos americanos, estimando-se que cerca de 75% desse número são universitários. Regista-se, no entanto, uma profissionalização crescente em áreas extra-académicas, tanto na administração pública como em empresas privadas, incluindo, neste último caso, actividades geralmente dominadas por gestores e economistas, como sejam os estudos de mercado. Nesse ano, o então presidente da A.S.A., Herbert Gans, dedica o costumeiro “Presidential Address” da reunião anual dos sociólogos americanos a uma reflexão sobre o estado da disciplina intra-muros, afirmando que a agenda e a liderança da A.S.A. repousam ainda demasiadamente no sector académico para serem plenamente representativas. Não deixa de ser interessante observar, contudo, que, nesse mesmo texto, os não-académicos são designados por *sociological practitioners*, com toda a carga que, na sociologia de língua inglesa, uma tal designação tem por contraste com o conceito de *professionals*²⁰.

Aliás, o número tão baixo de sociólogos estimados pela A.S.A., face à dimensão do país, só pode ser compreendido por incluir apenas os que fazem investigação dita fundamental (dentro das universidades) e investigação dita aplicada (fora ou para fora delas) e não todos os que desempenham outros papéis profissionais ligados à disciplina.

Um caso particularmente interessante é o holandês. Na Holanda, o país de mundo com maior percentagem de sociólogos, a profissionalização da sociologia ocorreu bastante cedo. Já nos anos 50 e 60 muitos sociólogos exerciam profissão fora das universidades. Essa evolução precoce decorre da procura social e política da sociologia logo no pós-guerra, nomeadamente por parte dos grandes organismos sociais com funções de planeamento, procura que se renova nos anos 60 com o desenvolvimento a nível nacional de uma política de bem-estar social.

Assim, no final dos anos 60 e durante a maioria dos anos 70 a oferta de formação universitária cresceu rapidamente e a profissionalização tornou-se ainda mais alargada. Neste período, os sociólogos holandeses ligados à administração pública, aos serviços sociais, ao ensino não-universitário e às empresas eram amplamente maioritários. Em 1978, dos 5400 sociólogos que exerciam profissão, o sub-conjunto ligado ao ensino universitário e à investigação representava menos de trinta por cento.

Os anos 80 marcam o início de uma fase em que, sobretudo devido à retracção do Estado-Providência, os sociólogos encontram dificuldades de entrada no mercado de trabalho e se eleva o número de desempregados. Em todo o caso, a taxa de desemprego dos sociólogos holandeses, nesse período, estava abaixo da média nacional do desemprego dos licenciados em geral²¹.

Curiosamente, numa pesquisa recente dedicada a analisar a situação dos sociólogos holandeses comparativamente com outros profissionais científicos e técnicos (economistas, juristas e psicólogos), os autores afastam a hipótese de tal situação se dever a uma oferta excessiva de diplomados ou ao desajustamento da sua formação às necessidades do mercado de trabalho. Concluem antes pela influência de factores como a menor selectividade dos cursos de sociologia, o tipo de instituições onde decorreu o trajecto escolar anterior dos estudantes, a sua origem social, composição etária e sexual e o estatuto familiar particular das estudantes²².

Um terceiro caso, diferente de qualquer dos anteriores, é o francês. Em França a profissionalização dos sociólogos na esfera exterior à universidade e à investigação é mais tardia e menos desenvolvida do que na Holanda ou nos Estados Unidos da América. Antes de 1968, o campo profissional da sociologia francesa é caracterizado, sobretudo, pelo crescimento da pesquisa fundamental, em torno de instituições como o Centre National de Recherche Scientifique (C.N.R.S.) e a École des Hautes Études en Sciences Sociales (E.H.E.S.S.), entre outras de menor envergadura e prestígio.

Após aquela data, começa um segundo período, marcado principalmente pelo crescimento do ensino universitário da disciplina, não só ao nível da licenciatura como dos graus subsequentes. Paralelamente, e sobretudo após a expansão universitária, desenvolve-se um terceiro sector, algo incógnito e à margem dos dois anteriores, que é o dos sociólogos profissionalizados em instituições outras que as do ensino universitário e da investigação. Assim, em 1987, estimava-se que para além dos cerca de 300 investigadores e dos 400 docentes universitários, haveria cerca de 1500 outros sociólogos profissionalizados em empresas industriais, gabi-

netes de consultoria, empresas de sondagens, estudos de mercado e estudos sócio-culturais, centros de formação de adultos, colectividades e organismos locais, instituições ligadas à saúde e em diversos outros departamentos da administração pública²³.

Estes extra-universitários, regra geral, não se reconhecem nem são reconhecidos pelos universitários como sociólogos e colegas de profissão. Como refere Sainsaulieu, “a declaração da identidade de sociólogo fora da universidade e do C.N.R.S. não entrou ainda nos costumes”²⁴. Comentando o modelo particular da profissionalização dos sociólogos em França e a sua diferença relativamente ao caso holandês em particular, o mesmo autor destaca o triplo contexto da origem filosófica da sociologia, do desenvolvimento recente de instituições universitárias de sociologia afastadas dos meios de aplicação e de uma procura relativamente fraca da sociologia por parte dos meios empresariais e políticos.

Sainsaulieu refere ainda o contexto de debate ideológico e político sobre a sociedade que se manteve ao longo do período de crescimento das ciências sociais e que as implicou profundamente, “ao ponto de conotar ideologicamente qualquer empenhamento na prática operatória da sociologia”, tornada sinónimo de “uma escolha explícita de serviço aos poderes estabelecidos, abandonando, do mesmo passo, toda a preocupação crítica face às estruturas sociais fundamentais”. Um modelo desse tipo dividiu os sociólogos em “puros” e “impuros” e se é verdade que “valorizou a teoria, a investigação e a liberdade das orientações pessoais, repeliu, ao mesmo tempo, muitas oportunidades de contratos com o terreno das empresas, administrações, actividades de acção social e colectividades locais”²⁵.

Compreende-se assim que os sociólogos franceses estejam ainda hoje separados em duas estruturas associativas nacionais, a *Société Française de Sociologie*, constituída em 1962, e representando basicamente os universitários e os investigadores, e a *Association Professionnelle des Sociologues*, formada em 1982, visando uma integração mais alargada, mas que inclui mais os extra-universitários. Não pode deixar de se notar que também as afasta a questão “terminológica” discutida pelos sociólogos americanos há três décadas atrás.

Como situar a evolução da profissionalização dos sociólogos em Portugal neste quadro comparativo?

Sem dúvida que o desfasamento temporal do desenvolvimento da sociologia no nosso país ajuda a explicar as diferenças. Quando a sociologia vivia nos países centrais onde originariamente se desenvolveu o que unanimemente costuma considerar-se os seus “anos de ouro”, a década de 60 e princípios de 70, em Portugal ela era uma actividade quase

clandestina e, por isso mesmo, extremamente incipiente, não tendo, no entanto, deixado de lançar as fundações sobre as quais o desenvolvimento posterior viria a ter lugar.

Quando nesses países houve ou há um declínio relativo, em Portugal assiste-se ao reforço institucional da sociologia e ao rápido crescimento das procuras sociais, com conseqüente profissionalização alargada. É por isso legítimo perguntar, como João Ferreira de Almeida fazia há alguns anos atrás²⁶, mas agora com mais insistência, se não estaremos actualmente a viver os “anos de ouro” da sociologia portuguesa.

Esta é uma pergunta a que só o tempo irá responder cabalmente, até por estarmos demasiado em cima dos acontecimentos para podermos ter sobre eles uma distância objectivante. Em todo o caso, podem apontar-se alguns parâmetros de equacionamento da resposta.

Do lado das procuras sociais não é irrealista pensar que as oportunidades de profissionalização poderão continuar a crescer. Para isso poderá contribuir, entre outros factores, a reorientação governativa recente no sentido de reforçar a resposta aos problemas sociais com que se debate a sociedade portuguesa, o que terá tendencialmente efeitos positivos sobre a profissionalização de sociólogos e outros especialistas das ciências sociais, prolongando o que nos últimos nos já vem acontecendo nas autarquias e em alguns departamentos da administração central.

Num trabalho publicado em 1987, uma das nove teses que Giddens sustenta sobre o futuro da sociologia é justamente a do seu envolvimento cada vez mais profundo na formação de reformas ou políticas sociais, embora reconheça parecer estranho defendê-lo num momento e num país onde a procura da sociologia, a esse nível, regredira consideravelmente. Mas, até por isso, Giddens sublinha que essa intervenção crescente da sociologia deverá fazer-se não segundo um “modelo de controle”, isto é, como instrumento unilateral e acéfalo ao serviço de finalidades de controle da organização e da mudança social, mas de acordo com um “modelo dialógico”, em que se estabeleça um “processo de comunicação alargado entre investigadores, decisores políticos e os que são afectados pelos problemas em consideração, quaisquer que sejam”²⁷.

Do lado da consolidação institucional da sociologia enquanto ciência e profissão colocam-se, entre outros, dois problemas importantes: um é o da auto-regulação dos sociólogos enquanto grupo profissional em fase de rápido crescimento; o outro é o da sua capacidade de afirmação internacional.

Num momento em que a profissionalização cresce e se diversifica é normal surgirem questões como a da regulação da oferta de sociólogos, a atribuição do estatuto profissional, a intervenção associativa sobre a

qualidade e a deontologia, as relações científicas, profissionais e pedagógicas entre a sociologia universitária e extra-universitária, em suma, todas as questões que dizem respeito à problemática mais ampla do fechamento e certificação dos sociólogos pela sua associação profissional, no sentido de delimitar e reforçar a qualidade de membro.

Como defende Keith Macdonald, as profissões mais qualificadas põem em prática “projectos de profissionalização”, cujo objectivo final é o fechamento social, no sentido de monopólio sobre recursos, neste caso o saber sociológico. Esses projectos desenrolam-se de forma paralela mas articulada em dois planos: por um lado, na “ordem económica”, procura-se o monopólio legal sobre serviços baseados nos conhecimentos profissionais específicos do grupo, para o que é decisivo o papel do Estado, não só na solicitação desses serviços como na legitimação do respectivo monopólio; por outro lado, na “ordem social” procura-se que a sociedade atribua a essa profissão “respeitabilidade e estatuto elevado”, num quadro de valores e normas culturais onde a “confiança” nesse monopólio de saber desempenha papel central²⁸.

Não havendo aqui espaço para discutir esta nova proposta da sociologia das profissões, comparando-a com formulações anteriores, nomeadamente as de Frank Parkin²⁹, pode dizer-se, em todo o caso, e tendo presente a situação actual dos sociólogos portugueses, que o seu projecto de profissionalização está mais avançado na dimensão social do que na dimensão económica do modelo de Macdonald. Se as procuras sociais crescentes da sociologia em Portugal são sinal inequívoco de prestígio também crescente, já no plano económico se está longe de uma situação de monopólio sobre a prestação de serviços baseados no saber sociológico.

Mas, neste ponto particular, e tendo em conta a especificidade da sociologia face a outras disciplinas e profissões menos “relacionais”, os inconvenientes de um fechamento não reflexivo podem ser maiores do que as suas vantagens. Ou seja, como refere António Firmino da Costa, “a auto-reflexividade sociológica pode permitir-nos, pelo menos, a tentativa de subordinar o fecho à qualidade profissional e à responsabilidade social, em vez de subordinar estas últimas à mera instrumentalidade do fecho”. Por outras palavras, o combate a eventuais tendências de desregulação e usurpação da sociologia enquanto profissão não deve resvalar para meras “convenções cerimoniais de defesa de privilégios de exclusão” nem para um “corporativismo estreito”³⁰.

Além disso, a discussão sobre estratégias de fechamento não deve só ter em conta a possibilidade de haver quem se intitule indevidamente profissional de sociologia, mas a eventualidade contrária, ou seja, a de

um número significativo daqueles que têm condições para pertencerem a uma associação de sociólogos estarem fora dela.

Num texto em que analisa as diferentes propriedades dos grupos sociais, Merton recupera de Simmel o conceito de “integração” ou “integralidade” para designar a “proporção entre os membros actuais de um grupo ou organização e os seus membros potenciais, isto é, aqueles que satisfazem os critérios operantes para a filiação”³¹. A maior ou menor integração de um grupo afecta, ainda que de forma não linear, a sua influência. Como exemplo, Merton põe em contraste a situação de dois dos grupos profissionais com maior capacidade de integração na sociedade americana nos anos 50: a Associação Médica Norte-Americana e a Associação das Enfermeiras Norte-Americanas. Apesar da segunda, com os seus 178.000 membros em 1956, ser bastante maior do que a primeira (140.000 sócios na mesma data), aquela consegue uma muito maior aproximação entre o número potencial e real de aderentes, factor que também contribui para o seu maior poder.

No caso da Associação Portuguesa de Sociologia, a discussão sobre estratégias e táticas de fechamento e certificação não pode fazer-se sem pensar qual o grau de integração efectivamente atingido. Só se pode avaliar o significado do número actual de membros se se tiver ideia do número total de sociólogos a exercer actividade profissional em Portugal. Uma associação científica e profissional não é certamente tão forte como desejaria se uma parte significativa dos que podem e devem pertencer-lhe nela não estiverem ou não quiserem filiar-se.

Relativamente ao segundo problema atrás enunciado, o da afirmação internacional, uma nota breve apenas. A expansão interna da sociologia em Portugal não tem tido tradução imediata no plano externo, embora também aqui tenha havido uma evolução positiva. Adoptando uma imagem utilizada para descrever a situação dos sociólogos holandeses a este mesmo respeito, pode dizer-se que os sociólogos portugueses também estão por trás de um “*one way mirror*”, ou seja, uma “situação favorável para observar os outros, mantendo-se a si próprios invisíveis”³².

Os sociólogos portugueses estão, com efeito, habituados a incorporar a diversidade das perspectivas sociológicas, tal como ela é veiculada, com sobreposições várias, pela diversidade linguística e nacional da sociologia mundial. Mas, por isso mesmo, também estão em boas condições para dar conta de que, embora menos do que há alguns anos atrás, ainda é comum encontrarem-se trabalhos, alegadamente de sistematização universal de conhecimentos nesta ou naquela área da sociologia ou até para a disciplina como um todo, em que a quase totalidade das referências bibliográficas se confinam estreitamente ao universo linguístico dos res-

pectivos autores, para não falar dos casos dos que se confinam a uma só corrente ou escola.

Se a internacionalização da sociologia portuguesa é muito mais feita pela lado do consumo, havendo, por isso, uma balança de trocas intelectuais fortemente deficitária, pelo menos desse provincianismo global de muita produção sociológica dita internacional os sociólogos portugueses não sofrem, e ele não é certamente um mal menor.

3. Elementos de caracterização socioprofissional dos sociólogos portugueses

Um melhor conhecimento sobre a dimensão e os contornos da profissionalização dos sociólogos em Portugal, e até a clarificação dos termos em que se podem discutir algumas das questões já enunciadas e outras a referir no ponto seguinte, poderiam ser obtidos se se dispusesse de uma boa sociografia dos sociólogos portugueses.

As fontes de informação sobre a composição socioprofissional dos que exercem profissão como sociólogos são, no entanto, limitadas. Do lado das estatísticas oficiais, nenhum dos últimos recenseamentos gerais da população permite isolá-los como categoria profissional, já que aparecem agregados, em termos de codificação e tratamento estatístico, em conjuntos profissionais mais amplos³³. Do lado das associações apenas foi possível fazer alguns levantamentos parcelares, que o próprio ritmo de crescimento da profissão rapidamente desactualizou.

Não correspondendo ao universo nem a uma amostra controlada desse universo, a base de dados dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia acaba assim por ser o registo mais alargado actualmente disponível e é esse que aqui é utilizado para uma aproximação ao estudo da composição profissional dos sociólogos portugueses. Tal aproximação tem portanto limitações, nomeadamente no sentido da subestimação do número de sociólogos profissionalizados. O próprio conhecimento obtido através de contactos interpessoais mostra que, nos vários sectores de actividade, há um número indeterminado de sociólogos que não são membros da APS³⁴.

Contudo, essa fonte tem, pelo menos, uma importante virtualidade, que é a de permitir fazer essa aproximação sociográfica de forma retrospectiva, ou seja, proporcionando a comparação entre a situação actual e as que existiam em momentos anteriores. Sem perder de vista que, em qualquer das datas, a informação disponível não permite traçar um retrato completo dos sociólogos portugueses, tomou-se a opção de escolher para

tempos de referência os anos de realização dos três congressos realizados pela APS.

Como se pode ver nos Quadros 3 e 4, os membros da APS conheceram um duplo processo de rejuvenescimento e de feminização. Em 1988 os homens eram ligeiramente maioritários, mas essa tendência inverte-se já em 1992 e reforça-se substancialmente em 1996. Relativamente aos escalões etários, assiste-se ao crescimento acentuado dos membros com menos de 29 anos, cuja percentagem mais do que dobra durante o período em análise, ao passo que o número daqueles que têm mais de 40 anos ou de 50 anos diminuem regularmente. O escalão dos 30-39 anos mantém-se como categoria modal, apenas com ligeiras oscilações.

Quadro 3: Evolução da composição sexual dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia (%)

	1988	1992	1996
Homens	56	44	37
Mulheres	44	56	63
Total	100	100	100

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

Quadro 4: Evolução da estrutura etária dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia (%)

	1988	1992	1996
até 29 anos	14	24	32
30-39 anos	44	37	38
40-49 anos	30	27	21
50 ou + anos	12	12	9
Total	100	100	100

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia.

Já tinha referido atrás que a juventude não é uma característica exclusiva do grupo profissional dos sociólogos, mas antes um traço comum a todas as profissões científicas e técnicas em geral, o que tem a ver com o seu crescimento muito rápido nas duas últimas décadas, a partir de valores extremamente baixos que se observavam nos anos 60 e mesmo nos anos 70.

Algo de similar se passa com a feminização da profissão. Com efeito, o crescimento das profissões intelectuais e científicas é acompanhado por uma recomposição sexual significativa, que se traduz no facto de, à data do último recenseamento geral da população, homens e mulheres terem uma representação paritária nessa categoria profissional. Diga-se, aliás, que a feminização das profissões intelectuais e científicas está ela própria ligada a duas outras mudanças estruturais importantes na sociedade portuguesa dos últimos trinta anos: a progressão rápida do número de mulheres a exercer profissão e do número de mulheres, hoje já maioritário, a frequentar a universidade³⁵.

Em todo o caso, é notório que, dentro desse grupo profissional mais amplo, a feminização dos sociólogos está acima da média. No momento actual, enquanto entre os que têm mais de 50 anos ainda existem mais homens do que mulheres (69 para 31 em cada 100), no escalão abaixo dos 30 anos a proporção de mulheres passa os oitenta por cento. É uma situação semelhante à de outras profissões da área das ciências sociais e humanas, em contraste com aquelas que, embora conhecendo também um processo de recomposição sexual, mantêm uma predominância masculina, de que é exemplo grande parte dos ramos da engenharia.

Também no plano da distribuição geográfica se verificaram alterações significativas. Como se sabe, as três primeiras licenciaturas em Sociologia apareceram em Lisboa (duas) e Évora, ainda nos anos 70. Só mais tarde, na segunda metade da década seguinte, surgiram as licenciaturas no Norte e Centro. Acompanhando esse movimento de constituição de licenciaturas em diferentes pontos do espaço nacional e respectivos efeitos de difusão regional, entre 1988 e 1996 assiste-se à formação de comunidades sociológicas de dimensão quantitativa considerável noutras zonas do país para além de Lisboa.

É certo que a região de Lisboa e Vale do Tejo mantém larga ascendência neste aspecto, ainda que aparentemente em desaceleração ligeira (de 72 para 67 por cento nos últimos quatro anos). Para essa concentração contribuem, entre outros factores de natureza mais geral, não só a existência de três licenciaturas em Sociologia, como o facto de duas delas serem simultaneamente as mais antigas — ISCTE e FCSH da Universidade Nova (esta do mesmo ano que a licenciatura da Universidade de Évora) — e as que formam anualmente mais licenciados.

Mas em termos de ritmos de crescimento as regiões Centro e Norte tomam a dianteira. No período em análise os membros da A.P.S. da região Centro crescem quase oito vezes, passando de cinco para nove por cento do total, ao passo que os da região Norte crescem seis vezes e passam de dez para quatorze por cento.

Quadro 5: Evolução da distribuição geográfica dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia (números e percentagens)

	1988		1992		1996		Δ 1988/ 1996
	N	%	N	%	N	%	
Norte	20	10	46	9	121	14	+ 6,1
Centro	10	5	28	6	79	9	+ 7,9
Lisboa e Vale do Tejo	140	72	353	72	604	67	+ 4,3
Alentejo	12	6	46	9	50	6	+ 4,2
Algarve	6	3	9	2	16	2	+ 2,7
Açores	5	3	7	1	13	1	+ 2,6
Madeira	1	1	4	1	11	1	+ 11,0
Total	194	100	493	100	894	100	+ 4,6

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

No Alentejo há uma estabilização entre 1992 e 1996, depois de um salto no quadriénio anterior, enquanto no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as coisas colocam-se a uma escala diferente, sendo contudo de assinalar, em qualquer dos casos, a formação de pequenos núcleos. A comparar com o que acontecia em 1988, poderão ser o princípio de futuras novas comunidades regionais.

Mas o que aconteceu, nestes oito anos, em termos profissionais propriamente ditos?

Os Quadros 6 e 7 mostram as alterações ocorridas na distribuição dos membros da APS pelos vários tipos de instituições onde estão profissionalizados e por categorias profissionais, respectivamente.

A linha de recomposição profissional mais notória é, sem dúvida, a progressiva e muito considerável diminuição do peso relativo dos sociólogos inseridos em instituições de ensino e investigação universitária. Eles passam de 61% em 1988 para 33% em 1996. Tendo crescido, como todas as outras inserções, em valores absolutos, acompanhando o movimento mais geral de crescimento da comunidade profissional no seu conjunto, foi, entre todas elas, a que o fez a uma taxa mais baixa.

É preciso dizer, em todo o caso, que é significativo o facto de, mesmo assim, ter duplicado o número de sociólogos neste sector de actividade. Essa duplicação mostra que o processo de profissionalização progressiva dos

sociólogos durante os últimos anos também ocorreu nas instituições universitárias onde a sociologia está presente, traduzindo o movimento de consolidação institucional e diversificação regional da disciplina a esse nível.

Quadro 6: Evolução das inserções profissionais dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia (números absolutos e percentagens)

	1988		1992		1996		Δ 1988/ 1996
	N	%	N	%	N	%	
Inst. Públicas de Ensino Universitário e Investigação	117	61	186	41	252	33	+ 2,2
Esc. Superiores de Educação e Ensino Politécnico	6	3	31	7	33	4	+ 5,5
Estab. de Ensino Superior Privado	6	3	9	2	36	5	+ 6,0
Estab. de Ensino Secundário, Profissional e Primário	9	5	46	10	45	6	+ 9,0
Centros de Investigação Públicos e Privados (não-universitários)	1		5	1	15	2	+ 15,0
Empresas de Serviços	3	1	32	7	73	10	+ 24,0
Empresas Industriais	2	1	13	3	24	3	+ 12,0
Administração e Emp. Públicas	28	15	84	18	176	23	+ 6,3
Autarquias	9	5	28	6	64	9	+ 7,1
Outras situações	11	6	22	5	39	5	+ 3,5
Total	192	100	456	100	757	100	+ 3,9

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

Mas a conclusão mais importante a retirar desta evolução é que a sociologia portuguesa entrou numa fase em que a inserção profissional nas universidades públicas deixou de ser a parte que quase correspondia ao todo, como acontecia há dez ou quinze anos atrás. Até pelo bloqueamento recente de novas contratações, esse segmento do mercado de tra-

balho está relativamente estabilizado e o seu crescimento futuro será provavelmente muito mais reduzido do que até aqui.

Quadro 7: Evolução das categorias profissionais dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia (números absolutos e percentagens)

	1988		1992		1996		Δ 1988/ 1996
	N	%	N	%	N	%	
Docentes do Ensino Superior e Investigadores de Instituições Públicas e Privadas	131	67	173	38	331	43	+ 2,5
Docentes do Ensino Secundário	9	5	25	6	48	6	+ 5,3
Formadores e Outros Docentes			36	8	25	3	- 0,7
Quadros e Especialistas da Administração Pública e das Empresas	44	23	156	34	256	34	+ 5,8
Quadros Dirigentes da Administração Pública e das Empresas	1	1	10	2	16	2	+ 16,0
Outras Profissões	8	4	56	12	87	12	+ 10,8
Total	193	100	456	100	763	100	+ 3,9

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

Hoje, esse sector não só já não é maioritário, como o conjunto de lugares profissionais onde se ensina e se faz investigação sociológica se diversificou. Ele já não engloba só as faculdades e escolas de sociologia propriamente ditas, ou seja, as instituições que ministram licenciaturas, mestrados e doutoramento na disciplina, mas inclui um sub-conjunto importante de lugares numa gama variada de outras instituições de ensino superior, público a privado, universitário e politécnico, onde as matrizes curriculares predominantes são constituídas por outras áreas disciplinares, embora em alguns casos de recorte temático relativamente próximo da sociologia. O aumento do número de sociólogos em universidades privadas e em Escolas Superiores de Educação é disso sinal.

De destacar também os lugares profissionais extra-universitários onde se faz investigação sociológica. Não se trata aqui dos centros ou institutos de investigação que, embora sob figura jurídicas privadas, têm uma estreita ligação às universidades, sendo constituídos basicamente pelos seus docentes, mas de instituições que prestam serviços de investigação sociológica ao mercado em geral. A sua existência traduz exemplarmente o desdobramento das formas de oferta e de procura da sociologia.

Essas instituições podem ser públicas, de que o caso talvez mais conhecido é o Grupo de Ecologia Social da Laboratório Nacional de Engenharia Civil, mas são principalmente privadas. Em alguns casos fazem só investigação aplicada, noutros combinam investigação e intervenção sociológica, podendo ainda prestar outros serviços como seja a consultoria e a formação.

Deste sub-grupo de investigadores extra-universitários fazem ainda parte os sociólogos que se encontram em duas outras situações. Uma é a dos que possuem ou trabalham em pequenas empresas, as quais, para além de investigação, têm outras valências, como sejam a consultoria, a formação, ou ainda uma modalidade particular de prestação de serviços sociológicos que é serem sub-contratadas para realizarem certas fases de pesquisas extensivas de iniciativa universitária. Outra é a dos que trabalham nas grandes empresas de sondagens e estudos de mercado (no Quadro 6 uns e outros aparecem subsumidos na categoria “empresas de serviços”). O seu número global é difícil de estimar, mas parece ser um dos casos em que os valores da filiação associativa estão mais distantes da realidade do campo.

Esse é, de resto, também o caso dos docentes do ensino secundário e de outros graus de ensino não-universitário. É talvez o sector onde a proporção de filiados na APS é mais baixa e onde, dada sobretudo a permanente dificuldade em aceder à leccionação da disciplina de sociologia, a identidade profissional e o contacto com a comunidade profissional no seu conjunto mais se desvanece. De qualquer modo, e tanto quanto as informações disponíveis, não só por esta via como por outras, dão a entender, é um sector também minoritário em termos da economia global da profissionalização dos sociólogos.

Um sector onde a presença de profissionais de sociologia conheceu um aumento acentuado foi o da administração pública central e local. Aí eles passaram de 20% em 1988 para 32% em 1996. No caso da administração central o número de sociólogos cresceu seis vezes e nas autarquias sete.

Dentro da administração central, enquanto técnicos superiores, os sociólogos distribuem-se por um leque amplo de áreas de actuação, incluindo os departamentos ligados ao emprego, formação e orientação profes-

sional, segurança social, educação, reinserção social, mas também os gabinetes de estudos e planeamento de diferentes ministérios, as comissões de coordenação das várias regiões ou o aparelho estatístico nacional.

Nas autarquias a actividade profissional é igualmente diversificada. Um estudo recente sobre a profissionalização neste domínio, através de inquérito dirigido aos sociólogos que aí trabalham, identifica, entre outras, as áreas de gestão do parque habitacional, planeamento e gestão urbanística, protecção civil, recuperação de zonas históricas, acção social, cultura, educação, formação, ambiente, havendo ainda sociólogos que ocupam lugares de assessoria ao nível político.

A generalidade dos entrevistados nesse estudo reconhece tratar-se de um sector onde as perspectivas de profissionalização são amplas, cobrindo potencialmente todas as áreas de intervenção autárquica, e destacam igualmente o quadro pluridisciplinar em que essa profissionalização ocorre³⁶.

O sector das empresas privadas, industriais e de serviços, é aquele em que, aparentemente, a profissionalização de sociólogos tem evoluído a níveis mais modestos. A falta de modernização do sector industrial, a forte predominância de pequenas empresas com presença escassa de quadros e a lenta evolução das filosofias de gestão são factores, entre outros, que ajudam a explicar essa evolução mais lenta.

Vão-se somando, no entanto, os casos de sociólogos com trajectos profissionais bem sucedidos, tanto nas grandes empresas industriais, como em PME das mais avançadas, sendo certo que, também neste sector, as linhas de actuação potencial são diversificadas. Elas vão desde a realização de estudos, de diagnósticos de problema ou da implementação de projectos de mudança e respectivo acompanhamento até ao aconselhamento e assessorias várias, tanto a nível central do planeamento estratégico da empresa como nos departamentos de recursos humanos, de produção, de estudos e projectos, entre outros³⁷.

Há, finalmente, alguns sociólogos inseridos em instituições de natureza diferente de qualquer das anteriores e que, no Quadro 6, aparecem agregados na categoria "outras situações". Estão aí incluídos sindicatos, meios de comunicação social, instituições privadas de solidariedade social ou fundações.

Agrupando agora os sócios da APS nas seis categorias patentes no Quadro 7, podemos ter uma visão mais integrada da evolução do peso específico das principais condições profissionais. O grupo dos docentes do ensino superior e dos investigadores de instituições públicas e privadas cai de perto de setenta por cento em 1988 para pouco mais de quarenta por cento em 1996. Continua a ser o grupo maioritário, sendo que

estão aqui incluídos não só os docentes e investigadores dos estabelecimentos universitários de sociologia, como todos os que leccionam ou fazem investigação sociológica em vários outros contextos profissionais, atrás enunciados.

Em sentido contrário progrediu a profissionalização na administração pública e, em menor proporção, nas empresas. O grupo dos quadros e especialistas da administração pública central e local e das empresas representa actualmente já um terço do emprego de sociólogos.

No caso dos docentes do secundário o peso numérico é muito mais reduzido, embora aqui existam as dificuldades já referidas de avaliação rigorosa da sua expressão real. Em conjunto com a categoria “formadores e outros docentes” não chegam a dez por cento dos filiados na associação. Relativamente a esta última categoria, a apesar do seu peso diminuído, é de salientar, no entanto, uma recomposição de perfil. De acordo com os dados de 1992 ela era composta principalmente por professores primários e mesmo educadores de infância. Mas em 1996, ao mesmo tempo que estas posições profissionais praticamente desaparecem, o que indicia percursos de mobilidade profissional, surgem os sociólogos que trabalham como formadores em instituições como associações empresariais, associações de desenvolvimento regional, empresas, entre outras.

Registe-se ainda o pequeno número de quadros dirigentes da administração pública e das empresas, fenómeno de participação ou cooptação pelo poder político e empresarial que é familiar para outras profissões científicas, como é historicamente o caso dos juristas e dos engenheiros ou, mais recentemente dos economistas e gestores, e o conjunto dos que ocupam “outras profissões”.

Neste último estão incluídos quer os sociólogos, já mencionados, que trabalham em contextos profissionais outros que não o das universidades, da administração pública e das empresas, mas principalmente aqueles membros da A.P.S. que, embora com qualificação em sociologia, não desempenham funções profissionais como quadros ou técnicos superiores, mas sim tarefas intermédias ou de execução.

Parte deles estão em empresas de serviços e outra parte na administração central. São pessoas que já aí trabalhavam enquanto frequentavam a universidade e que, após completarem a licenciatura, não vêem alterar-se, pelo menos em termos imediatos, o seu estatuto profissional ou que só começam a trabalhar após completarem o curso, mas não encontram, logo após a licenciatura, outra colocação profissional.

O peso específico deste sub-conjunto pode ser observado no Quadro 8, onde aparece numa categoria à parte com a designação “profissões intermédias e de execução”. Como se vê representa 9% do total de mem-

bro da associação, sendo difícil saber até que ponto esta percentagem corresponde ao seu peso efectivo no conjunto dos licenciados em sociologia. Valeria a pena seguir os respectivos trajectos profissionais para ver em que medida esses licenciados — que são aqueles sobre os quais se pode verdadeiramente dizer que não desempenham actividades profissionais ligadas à sociologia — acabam ou não por conseguir lugares compatíveis com as suas qualificações.

Indo agora ao Quadro 8 de forma mais sistemática pode ver-se não só um desdobramento dos papéis profissionais dos sociólogos em categorias mais finas, como a distribuição desses categorias por escalões etários e sexos. A análise mais desagregada permite precisar e complementar a percepção do espectro actual da profissionalização, como seja o peso dessas profissões intermédias e de execução, mas ainda dois pontos adicionais.

Em primeiro lugar, e porque se trata de uma das linhas de evolução mais interessantes no processo de profissionalização dos sociólogos, pode avaliar-se o peso específico dos investigadores extra-universitários (6%). Aí incluem-se, como já foi dito, tanto os que trabalham em instituições de investigação públicas e privadas não universitárias³⁸ como os de empresas de serviços, sejam os das grandes empresas de sondagens e estudos de mercado, sejam os das pequenas empresas que actuam aproximadamente nesse mesmo mercado. Trata-se de um sector de expressão muito mais reduzida, mas que se distingue do grupo dos docentes e investigadores do ensino superior público e privado propriamente ditos (37%).

Em segundo lugar, é possível perceber melhor a composição interna da categoria quadros e especialistas da administração pública e das empresas. Para além dos técnicos superiores da administração central e das autarquias, que representam no seu conjunto 20% e são a principal componente dessa categoria, pode-se ainda verificar o peso particular, relativamente reduzido, dos quadros e especialistas das empresas (3%) e daqueles que, tanto nas empresas como na administração central, têm funções específicas como técnicos de recursos humanos, consultores ou coordenadores de formação (5%). Os “outros quadros especialistas” (6%) são sociólogos que desempenham actividade profissional de contornos variados em instituições que não cabem em nenhuma das categorias precedentes e que foram já assinaladas.

No que toca, agora, ao perfil etário e sexual das categorias profissionais apontadas no Quadro 8 são de destacar algumas variações importantes, indicando que o duplo processo de rejuvenescimento e feminização da comunidade sociológica ocorre a ritmos diferenciados de uma categoria para outra.

Quadro 8: Categorias profissionais dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia, por escalões etários e sexos, em 1996 (números absolutos e percentagens)

	N	%	até 39 anos (%)	+ 39 anos (%)	H (%)	M (%)
Docentes/Investigadores do Ensino Superior Público e Privado	287	37	50	50	54	46
Docentes do Ensino Secundário	48	6	50	50	35	65
Formadores e Outros Docentes	25	3	83	17	40	60
Investigadores de Instituições Públicas e Privadas (não universit.)	44	6	83	17	38	62
Dirigentes da Administração Pública e das Empresas	16	2	25	75	63	37
Téc. Recursos Humanos, Consultores e Coordenadores de Formação	37	5	80	20	19	81
Quadros e Especialistas de Empresas Públicas e Privadas	22	3	71	29	32	68
Quadros e Especialistas da Adm. Pública (técnicos superiores)	93	12	61	39	32	68
Quadros e Especialistas das Autarquias	61	8	87	13	22	78
Outros Quadros e Especialistas	44	6	56	44	32	68
Profissões Intermédias e de Execução	66	9	79	21	35	65
Outras situações	21	3	67	33	38	62
Total	764	100	70	30	37	63

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

A leitura principal que se pode fazer, em termos genéricos, é que as categorias profissionais mais institucionalizadas, ou seja, as que se poderiam considerar “mais antigas” não fosse a juventude global da profissão de sociólogo no nosso país, são aquelas onde o peso do escalão abaixo dos 40 anos e das mulheres é mais baixo; em contrapartida, as categorias profissionais de afirmação e crescimento mais recente são, simultaneamente, mais jovens e mais femininas.

A única excepção a esta tendência geral é dos quadros dirigentes da administração pública e das empresas. Tratando-se de uma categoria profissional onde a presença de sociólogos só recentemente parece ter assumido algum significado, a presença feminina e dos mais jovens é, comparativamente, bastante mais baixa. O facto de 71% dos que ocupam esses lugares terem mais de 39 anos deve-se sobretudo a que o acesso a tais lugares ocorre, regra geral, quando se tem já uma carreira profissional relativamente longa. Já o desequilíbrio na proporção dos dois sexos só confirma aquilo que é ainda, embora em perda, um traço estrutural na composição dos lugares profissionais de topo na sociedade portuguesa. É interessante notar, contudo, que os valores de 1991 relativos à composição sexual da categoria censitária dos “directores e quadros dirigentes do estado” é bastante mais desproporcionada do que esta: aí, em cada cem indivíduos só vinte são mulheres.

Para além desse, o único caso em que os homens superam em número as mulheres é o dos docentes e investigadores do ensino superior, registando-se também nesta categoria paridade entre os mais e os menos jovens.

Situação oposta é a dos quadros e especialistas das autarquias e a dos técnicos de recursos humanos, consultores e coordenadores de formação. Em qualquer dos casos a percentagem de mulheres e de indivíduos com menos de 40 anos está bem acima das médias respectivas, constituindo os primeiros a categoria mais jovem de todas (87% com menos de 40 anos) e os segundos a mais feminizada (81% são mulheres). Ainda com um perfil etário marcadamente jovem destacam-se os investigadores extra-universitários e os formadores e outros docentes. Por seu lado, os quadros e especialistas da administração pública e das empresas públicas e privadas apresentam taxas de feminização igualmente bem acima das taxas médias.

Para completar estes elementos de caracterização sociográfica dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia vejamos como se distribuem regionalmente as suas pertenças profissionais em geral (Quadro 9), particularizando o caso dos que estão profissionalizados em Câmaras Municipais (Quadro 10).

No que se refere ao conjunto das pertenças profissionais é notório, num primeiro olhar, o contraste entre as regiões Norte e Centro, por um lado, e as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, por outro.

No caso das duas primeiras a distribuição dos sociólogos pelos principais tipos de inserções profissionais é mais desequilibrada. Há uma considerável concentração nas instituições de ensino e investigação e

efectivos mais reduzidos na administração pública e nas autarquias. Registe-se, contudo, que no respeitante à profissionalização em empresas a região Norte apresenta valores iguais aos da média nacional.

Quadro 9: Inserções profissionais dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia, por regiões, em 1996 (percentagens em linha)

	Ensino e Investigação	Administração Pública Central	Autarquias	Empresas	Outras situações
Norte	65	17	2	13	3
Centro	67	15	6	7	6
Lisboa e Vale do Tejo	46	24	10	14	6
Alentejo	47	36	9	4	4
Total	51	23	8	13	5

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

A distribuição na região de Lisboa e Vale do Tejo é a menos assimétrica. O grupo dos que trabalham no ensino e na investigação continua a ser maioritário, mas todas as outras pertenças institucionais mostram valores significativos e mais altos, em qualquer dessas pertenças, do que os do Norte e do Centro.

O Alentejo, embora se assemelhe à região de Lisboa no que diz respeito ao peso percentual do ensino e investigação, configura ainda um outro tipo de distribuição. É aí que se encontram a percentagem mais alta de sociólogos na Administração Pública Central, a segunda mais alta nas autarquias e a mais baixa relativamente à profissionalização em empresas.

Quanto ao Algarve e às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, o pequeno número de associados retira significado à distribuição das pertenças profissionais e não permite fazer uma comparação adequada com as outras zonas do país. De qualquer modo, os números disponíveis mostram que tanto no Algarve como nos Açores, os sociólogos são em maior número nas universidades locais, ao passo que na Madeira, até pela criação mais recente da universidade, a maioria se encontra na Administração Regional. Em nenhuma das Regiões Autónomas há registo de sociólogos em empresas ou em autarquias, pelo menos entre os que têm filiação associativa.

Abstraindo de eventuais e prováveis diferenças regionais ao nível das procuras sociais da sociologia, factor que não é possível avaliar substancialmente, a linha de interpretação à partida mais plausível para estas distribuições é a que tem a ver com o diferente calendário de implantação dos cursos de sociologia nas várias zonas do país e consequentes tempos diferenciados de difusão regional, no que respeita à oferta, visibilidade e colocação dos respectivos licenciados.

Não será certamente por acaso que as regiões onde existem há mais tempo licenciaturas na disciplina — Lisboa e Alentejo — são justamente aquelas onde a sociologia apresenta um padrão de profissionalização mais aberto e consolidado. Além disso, as licenciaturas do ISCTE e da Universidade Nova de Lisboa são também as que desde sempre colocam anualmente no mercado de trabalho um maior número de licenciados, o que só por si também proporciona maior diversificação dos trajectos profissionais.

Se esta hipótese estiver correcta, e à medida que se for enraizando a presença institucional da sociologia nas zonas do país onde ela é mais recente, significa que os contrastes nos actuais padrões de profissionalização regional dos sociólogos tenderão a diminuir, nomeadamente no que respeita às proporções relativas de profissionais intra e extra-universitários.

Na interpretação dos resultados do Quadro 9 não pode perder-se de vista, no entanto, e mais uma vez, que os números apresentados dizem respeito aos sociólogos filiados na APS e não ao conjunto maior dos profissionais de sociologia. Quer isto dizer que as diferenças regionais, para além de expressarem principalmente processos de profissionalização desfasados no tempo, podem expressar, secundariamente, lógicas e tempos diferentes de filiação associativa.

Relembrando o já comentado trajecto de crescimento da APS, vemos que ele se deu de dentro para fora do mundo universitário, à medida que novas vagas de licenciados daí iam saindo. Não é de excluir que este processo global tenha traduções locais, o que ajudaria a explicar o recrutamento associativo extra-universitário mais limitado nas regiões onde as licenciaturas são mais recentes e, por isso, só há poucos anos começaram a formar licenciados. Esse recrutamento tenderá, porém, a aumentar na medida em que, por um lado, os sociólogos extra-universitários dessas regiões forem encontrando e consolidando não só os seus papéis como a sua identidade profissional e, por outro lado, as escolas e faculdades de sociologia aí funcionem, também, como centros difusores de cultura associativa.

Observemos finalmente a presença de sociólogos em autarquias locais, em particular.

Para além dos 61 membros da Associação Portuguesa de Sociologia profissionalizados em 23 Câmaras Municipais, foi possível comprovar a presença de sociólogos não-membros da A.P.S. noutras oito Câmaras Municipais, das várias regiões do país, o que perfaz um total de trinta e uma autarquias e mais de setenta profissionais de sociologia³⁹. Além destes há ainda outros, sobretudo nas autarquias de maior dimensão, destacando-se o caso específico da Câmara Municipal de Lisboa onde o número de sociólogos rondará, entre filiados e não-filiados, as quatro dezenas.

Para termos uma ideia mais precisa da evolução recente da profissionalização neste sector, veja-se os resultados de um inquérito realizado em 1987, junto dessas instituições, sobre o recrutamento de sociólogos. Nessa altura, das 171 respostas recebidas, apenas 17 Câmaras afirmaram terem sociólogos nos seus quadros e cerca de 100 outras disseram não precisarem ou não saberem o que são sociólogos, muitas mais do que as que reconheceram terem necessidade de um⁴⁰.

Quadro 10: Membros da Associação Portuguesa de Sociologia em Câmaras Municipais, por regiões, em 1996 (números absolutos)

	Câmaras	Sociólogos
Norte	2	2
Centro	3	4
Lisboa e Vale do Tejo	12	49
Alentejo	4	4
Algarve	2	2
Regiões Autónomas		
Total	23	61

Fonte: Associação Portuguesa de Sociologia

Tanto quanto os dados disponíveis mostram, há um contraste acentuado entre a região de Lisboa e Vale do Tejo e o resto do país, não só no respeitante ao número de Câmaras Municipais com sociólogos, mas principalmente no número global de profissionais aí inseridos. Para além do caso especial do município de Lisboa, há várias outras autarquias, nomeadamente do distrito de Lisboa, que contam com vários profissionais de sociologia.

Mas este contraste não é o único importante. Numa análise mais fina, transversal às regiões tal como estão definidas, a diferença que ressalta é

entre o litoral e o interior do país, confirmando, de resto, uma omnipresente assimetria de mais vastas dimensões e implicações.

Factores como a dimensão das autarquias, as suas dificuldades financeiras, as orientações no que concerne à contratação de quadros e técnicos superiores, as prioridades estratégicas definidas, a filiação política, e até o funcionamento positivo ou negativo de efeitos de exemplo, internos ou próximos, no que ao papel dos sociólogos diz respeito, são factores a ter em conta para perceber esta distribuição. É sabido, por exemplo, que nas pequenas autarquias, e elas predominam no interior, ainda acontece haver só um ou dois lugares de técnico superior, geralmente ocupados por elementos de profissões mais estabelecidas.

Por outro lado, e apesar do crescimento global, as autarquias com sociólogos nos seus quadros, ou que contam com eles através de outras modalidades de colaboração, são ainda uma minoria. Não deixa, contudo, de ser significativo que seja justamente em concelhos dos desenvolvidos do país que a sua presença é maior, o que pode ser um indicador de tendência para o futuro.

Como foi assinalado no início deste ponto, não há actualmente meio de conseguir uma sociografia extensiva sobre a situação profissional dos sociólogos portugueses. O que aqui foi apresentado e comentado é apenas a aproximação possível com base numa amostra não controlada da comunidade sociológica, a dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia. Apesar de proporcionar um retrato útil da evolução profissional dos sociólogos, essa informação é limitada, não só na extensão como nas variáveis de caracterização disponíveis.

Assim, vale a pena deixar aqui a indicação de alguns vazios importantes, a colmatar em futuras oportunidades. O primeiro é, obviamente, a avaliação mais rigorosa da expressão profissional da sociologia em determinados sectores de actividade, sobretudo naqueles em que, à partida, parece haver maior desfasamento entre o número real de sociólogos e o dos que têm filiação associativa. Igualmente importante é a determinação do peso relativo dos casos em que, apesar de se deter qualificações em sociologia, não se exercem papéis profissionais ligados à disciplina.

Outro aspecto a considerar é o que se prende com os trajectos profissionais. Hoje, uma parte considerável dos sociólogos tem já uma experiência profissional relativamente longa, em qualquer dos contextos institucionais onde exercem actividade. O conhecimento não sistemático, através de contactos inter-pessoais, parece indicar níveis apreciáveis de mobilidade profissional entre sectores. Interessaria conhecer a expressão dessa mobilidade, em que direcções ela se dá e, especialmente, se envolve, e com que significado, deslocações cruzadas ou sobreposições entre

contextos universitários e extra-universitários, como acontece frequentemente com outras profissões.

Um terceiro ponto a avaliar é, genericamente, o das condições de trabalho, em particular a questão dos vínculos contratuais. Actualmente, uma parte dos profissionais de sociologia, seja os que colaboram numa base regular com centros de investigação universitários, sem fazerem parte dos quadros das instituições onde esses centros estão inseridos, seja na administração pública ou nas autarquias, está profissionalizada numa base precária. No entanto, também há indicações de sentido contrário, nomeadamente casos em que, ao fim de relativamente pouco tempo, as instituições contratantes integram nos seus quadros sociólogos com cuja colaboração já contavam, mas de forma menos institucionalizada.

Finalmente, seria útil uma análise comparada do processo de profissionalização dos sociólogos no quadro mais amplo dos especialistas das ciências sociais em geral, tanto as que, neste plano, têm experiências mais longas, como as que só mais recentemente encetaram esse caminho.

4. Profissionalização, reflexividade social e conhecimento sociológico

A evolução e as recomposições que a sociologia e os sociólogos portugueses conheceram, logo desde a sua primeira institucionalização universitária, mas sobretudo depois que o processo de profissionalização acelerou, confrontam-nos com novas questões de natureza cognitiva, relacional e deontológica.

Claro que algumas delas já se faziam sentir há alguns anos atrás. Mas é quando os próprios limites e composição interna do que descritivamente podemos chamar comunidade sociológica se alteram profundamente, que essas questões mais se impõem à reflexão e ao debate.

Na primeira parte deste texto foram já equacionados aspectos relativos à dinâmica colectiva dos sociólogos portugueses, a propósito, nomeadamente, do crescimento muito rápido da Associação Portuguesa de Sociologia, desde a sua fundação há onze anos atrás. Mas o problema central que agora interessa colocar é o das implicações para a prática sociológica propriamente dita desse triplo movimento de institucionalização da sociologia, diversificação dos papéis profissionais dos sociólogos e aumento especificado das procuras sociais que lhes são dirigidas.

Num trabalho anterior defendi que um dos contributos da profissionalização alargada dos sociólogos poderia ser o desenvolvimento

de uma *epistemologia da profissão*. Assumindo que não há um só contexto onde se faz sociologia — o dito campo académico -, mas que ela se faz numa pluralidade de outros contextos profissionais, então não é difícil concluir que esses outros contextos não estão para o campo académico como o “prático” está para o “teórico”, o “fundamental” para o “aplicado” e muito menos o “impuro” para o “puro”, mas que os sociólogos que aí desenvolvem actividade são eles próprios, para retomar uma expressão de Sainsaulieu, “portadores de questões e proposições teóricas”.

Uma epistemologia da profissão preocupa-se, portanto, com “as condições sociais e teóricas do conhecimento sociológico em situações profissionais que têm em comum com a situação académica a realização de investigação, mas que quase sempre se diferenciam dela pelos objectivos e pelo quadro relacional em que essa investigação é desenvolvida”⁴¹.

Hoje, trata-se de alargar um pouco essa perspectiva. Em primeira lugar, uma epistemologia da profissão deve reflectir não só sobre as condições, como sobre os efeitos cognitivos e sociais do conhecimento sociológico, tendo presente que, por via da reflexividade social, esses efeitos se transformam eles próprios em condições, de forma mais ou menos mediada. Em segundo lugar, a questão pode e deve ser colocada não só para os contextos profissionais extra-universitários como para os universitários, na medida em que há significativas e crescentes convergências em alguns dos papéis profissionais exercidos num e noutro lugar: não só os sociólogos universitários fazem cada vez mais pesquisa aplicada ou consultoria solicitadas do exterior, como os extra-universitários reflectem no plano teórico, metodológico e técnico a partir das suas experiências e resultados profissionais.

Falar de epistemologia da profissão nesse sentido lato é, em suma, falar das relações triangulares entre *reflexividade social*, *profissionalização dos sociólogos* e *conhecimento sociológico*. Essas relações podem ser discutidas a múltiplos níveis e suscitam inúmeras questões. Gostaria de comentar brevemente algumas dessas questões, tendo em conta, nomeadamente, as suas implicações para a prática da sociologia no contexto actual da profissão em Portugal.

A dinâmica relacional entre conhecimento sociológico e reflexividade social tem sido amplamente analisada por Anthony Giddens. Giddens chama nomeadamente a atenção para o impacte “oculto” das ciências sociais na constituição das sociedades modernas, dizendo que “as descobertas das ciências sociais, quando têm de facto algum interesse, não podem permanecer como descobertas durante muito tempo; quanto mais iluminantes forem, de facto, mais provavelmente serão incorporadas na

acção e, através disso, se tornarão princípios familiares da vida social”.

E, comparando o impacte destas com o das ciências naturais, acrescenta que “de um ponto de vista tecnológico, as contribuições práticas das ciências sociais parecem, e são, restritas. No entanto, vistas em termos da sua filtragem para o mundo que analisam, as ramificações práticas das ciências sociais, têm sido, e são, realmente muito profundas”⁴².

Para ilustrar esse processo de filtragem, Giddens utiliza como exemplo paradigmático o desenvolvimento de estatísticas sociais. Elas surgem, ainda nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, como resultado da aplicação de métodos sistemáticos de inquirição sobre questões sociais e rapidamente se tornam parte significativa da sociedade que serviam para analisar, até porque se tornam decisivas como instrumentos de controlo administrativo. Mas, uma vez estabelecidas, são as próprias estatísticas oficiais a permitir, pela sua extensividade, novas formas de análise sociológica, cujos resultados, por sua vez, são reincorporados por aqueles que têm a responsabilidade de produzir mais estatísticas relevantes.

Ainda como exemplo desse processo de filtragem seria interessante estudar as imagens e as incorporações cognitivas de outros profissionais intelectuais e científicos a partir da sua interacção profissional com os sociólogos e a sociologia. Como se sabe, o trabalho dos sociólogos decorre frequentemente, e cada vez mais, no quadro de equipas pluridisciplinares, tanto dentro como fora dos contextos universitários, e até mais nestes últimos, senão na frequência, pelo menos no que diz respeito ao contacto com profissões externas às ciências sociais. Por isso mesmo, os resultados de um tal estudo poderiam trazer algum esclarecimento, não só sobre esse impacto da sociologia noutros profissionais, como para a própria auto-avaliação dos sociólogos, tanto nos casos de contactos exteriores às ciências sociais, como naqueles em que os seus parceiros são vizinhos imediatos no espectro disciplinar, como os geógrafos, os antropólogos, os psicólogos sociais ou os assistentes sociais.

Na mesma linha de reflexão de Giddens, mas focando particularmente o lugar da sociologia na sociedade portuguesa actual, Manuel Villaverde Cabral salienta a articulação estreita entre desenvolvimento social e desenvolvimento da sociologia. Elegendo como manifestações mais significativas dos processos de desenvolvimento as manifestações cognitivas, tal como se podem medir por indicadores comunicacionais, educacionais e informacionais, Villaverde Cabral traça a distinção entre sociedade moderna e sociedade tradicional, não de acordo com a linha do cresci-

mento económico e do progresso tecnológico, mas com a da “difusão potencialmente universal dessa dimensão cognitiva que lhe é fornecida pela ciência e, muito especialmente, pela ciência da sociedade”. Nesse sentido, o desejo de desenvolvimento da sociedade portuguesa passará, para os sociólogos, pelo desejo, nas palavras do próprio, de “mais e melhor sociologia”⁴³.

No contexto actual da sociedade portuguesa este será, talvez, o mais visível ponto de convergência entre procuras e expectativas sociais dirigidas à sociologia e aquilo que, para os próprios sociólogos, é a mais-valia própria da sua disciplina no concerto das profissões intelectuais e científicas.

Por isso mesmo, os sociólogos têm sublinhado os contributos críticos, formativos e prospectivos da sociologia para o desenho, aplicação e avaliação de programas de desenvolvimento⁴⁴; ou, no caso específico dos projectos de desenvolvimento comunitário, a competência específica dos sociólogos na constituição de uma consciência reflexiva, seja na relação entre as equipas pluridisciplinares desses projectos e as populações, seja nas dinâmicas internas dessas equipas⁴⁵; ou ainda, a propósito dos projectos de intervenção com e a partir de autarquias, a orientação do trabalho sociológico em torno da equação entre “problemas-eleitos e variáveis alteráveis”⁴⁶.

Importa não esquecer, no entanto, que neste processo de difusão e incorporação social da sociologia pode sempre haver consequências não-pretendidas da acção, cuja análise, aliás, o próprio Giddens afirma ser uma das tarefas mais distintivas da disciplina. Um caso exemplar de produção de consequências desse tipo é o relatado por Ana Benavente a propósito do papel que a sociologia tem desempenhado na formação de professores do ensino básico e secundário em Portugal.

Não deixando de assinalar os muito importantes contributos dados pela sociologia, num certo momento, para a formação de professores e a transformação da escola primária, a autora chama no entanto a atenção para o facto de ela poder “fornecer fundamentações científicas para o fatalismo do insucesso e da selectividade social da escola, substituindo assim, porventura com maior legitimidade, justificações passadistas de ordem ideológica”; acrescenta ainda que “um discurso sociológico sobre a escola não é sinónimo de desocultação das condicionantes da acção do professor e das suas margens de liberdade na instituição, dos factores potencializadores da sua acção”⁴⁷.

Neste caso, o centramento exclusivista nas teorias da reprodução dos efeitos de classe pela instituição escolar pode trazer consigo o que a autora designa por “lucidez inoperante”, ou seja, um fatalismo de inspi-

ração sociológica que se torna num obstáculo não só ao conhecimento sociológico mais aprofundado do universo escolar e das suas relações com os meios envolventes, como à intervenção sociologicamente informada no sentido da construção de novas práticas escolares.

Pelas ilações mais gerais que se podem tirar deste exemplo, importa portanto ter presente que nesse jogo interactivo entre uma reflexividade social geradora de procuras crescentes da sociologia e as respostas profissionais dos sociólogos — jogo em que todos os profissionais de sociologia estão mais ou menos quotidianamente envolvidos, sejam a universidade, a empresa, a autarquia, o desenvolvimento comunitário ou qualquer outro o seu quadro de trabalho —, é também cada vez mais importante garantir e reafirmar as condições de exercício de uma plena reflexividade sociológica, contra apropriações restritas e não reflexivas da disciplina.

Ou seja, o que está em causa não é apenas a relação de alimentação recíproca entre reflexividade social e sociologia, mas também as implicações que a profissionalização alargada dos sociólogos, como variável mediadora dessa relação, tem ao nível da sua reflexividade sociológica, incluindo a que sempre exercem sobre a sua própria prática profissional.

A questão coloca-se, antes de mais, em termos epistemológicos, agora no sentido literal do termo.

Referindo-se ainda a essa relação estreita entre reflexividade social e conhecimento sociológico, Giddens mostra que a vida social que a sociologia constitui como objecto de interpretação é protagonizada por actores também eles portadores de interpretações, as quais são em parte elaboradas à luz dos próprios conceitos e proposições sociológicas, justamente porque eles são socialmente difundidos e incorporados no senso comum. Por efeito dessa “dupla hermenêutica” são, portanto, permanentemente alterados tanto os contornos do que é sociologicamente objectivável, como as condições de objectivação sociológica.

Discutindo estas mesmas questões, José Madureira Pinto salienta particularmente as consequências da extensão da escolarização e do impacte crescente dos meios de comunicação de massas na própria adopção, pelo senso comum, de elementos de conhecimento produzidos pelas ciências sociais e mostra como essa incorporação social de conhecimentos regressa sob a forma de condições ideológico-culturais do processo de produção de conhecimentos científicos.

Coloca-se, portanto, o problema da posição epistemológica dos sociólogos e das condições de reflexividade sociológica perante um senso comum cada vez mais sociologicamente “contaminado”. E se José

Madureira Pinto concorda que, perante a “diversidade e mutabilidade das organizações de sentido a que chamamos senso comum”, não tem sentido encarar a operação de ruptura epistemológica de forma rígida, não deixa de alertar, muito adequadamente, para os resvalamentos para o que designa por “populismo epistemológico”, característico de algumas correntes fenomenológico-compreensivas e pós-modernas. Por isso, a superação de antigas ingenuidades epistemológicas dos cientistas sociais, que o autor reconhece, deve fazer-se desenvolvendo uma teoria das relações sociais de observação científica e não pelas “divagações mais ou menos demissionistas sobre a fatal e inextricável indissociabilidade entre sujeito e objecto de conhecimento”⁴⁸.

Diga-se, de passagem, que o problema da postura epistemológica, no sentido em que foi colocado, prolonga-se, sob outras formas, para o campo mais vasto da conduta profissional, intelectual e deontológica dos sociólogos, tanto na esfera de trabalho propriamente dita, como em termos do espaço público mais amplo. A este propósito, Joaquim Quitério identifica, de modo certo, o que está em questão: “os sociólogos não podem evitar a utilização do nome da sociologia como rótulo para aquilo que não o é, mas podem recusar-se a seguir o exemplo. E podem, ao mesmo tempo, combater até certo ponto essa utilização, desenvolvendo padrões de trabalho intelectual suficientemente exigentes para que a distinção gradualmente se imponha”⁴⁹.

Uma ilustração disto, entre muitas possíveis, é a “tentação da notoriedade”, que já alguém identificou como uma das três tentações básicas dos sociólogos⁵⁰, poder levá-los a pronunciarem-se, de forma algo indiscriminada e não suficientemente fundamentada, sobre todos os assuntos para que lhes solicitem opinião.

A questão dos efeitos da profissionalização alargada ao nível da reflexividade e auto-reflexividade sociológica, coloca-se, não só em termos de postura epistemológica, mas num segundo plano que é o do *modo como os sociólogos constroem e investem cognitivamente os seus papéis profissionais*. Sejam quais forem esses papéis e as inserções institucionais onde eles se desenvolvem, sejam elas universitárias ou não universitárias, pode-se dizer que a prática profissional quotidiana de um sociólogo não se compadece com rotinas não-reflexivas. Quanto menos reflexiva for essa prática, menos sociológica tenderá ela a ser, mesmo nos casos, ou até principalmente neles, em que se seja detentor de técnicas operatórias muito sofisticadas.

O problema da dimensão especificamente cognitiva dos papéis profissionais dos sociólogos coloca-se, genericamente, tanto para os que trabalham no espaço universitário, quer para os que o fazem fora dele.

Apesar dessa ideia tender a fazer parte da cultura profissional dos sociólogos, diferentemente do que acontece noutras profissões mais estabelecidas onde não se faz distinção entre universitários e extra-universitários em termos de hierarquia de saberes e legitimidades profissionais, seria ingénuo pensar que a possibilidade de um praticismo sociologicamente não-reflectido, ou mesmo irreflectido, se coloca exclusivamente, por definição, para os profissionais extra-universitários. Seja nas suas actividades de pesquisa ligadas à carreira académica, seja no seu papel enquanto prestador de serviços face a solicitações externas de vária ordem, seja ainda no seu papel docente, essa possibilidade também se coloca para o sociólogo universitário.

Um excelente exemplo de equacionamento do lugar específico das dimensões cognitivas na prática profissional do sociólogo extra-universitário é o modelo apresentado por Manuel João Ribeiro, com base na sua experiência no campo autárquico⁵¹.

Nesse modelo articulam-se indissolivelmente quatro perfis-tipo de actividade: o “sociólogo do planeamento”, designando a realização de estudos de caracterização da população, a análise de condições estruturais, tendências evolutivas e dinâmicas de transformação social e ainda a definição de linhas de desenvolvimento e de orientação global, para suporte das opções técnico-políticas; o “sociólogo da investigação”, que não se restringe ao universo académico, na medida em que, também fora dele, se desenvolva uma reflexividade técnico-científica e por isso mesmo se produza valor acrescentado em termos de conhecimento sociológico; o “sociólogo do relacional”, designando a capacidade de gestão relacional dos processos sociais, nomeadamente no que respeita à articulação dos mecanismos de comunicação e de negociação; e finalmente o “sociólogo operacional”, referindo-se à execução de acções imediatas no domínio da intervenção operacional da instituição.

O accionamento desses quatro perfis-tipo no exercício efectivo da actividade profissional é regulado por uma dupla visão, uma externa e uma interna, sobre o que são as competências sociológicas. Assim, do lado da entidade contratante espera-se que o sociólogo desempenhe certas funções técnico-profissionais, que o autor designa por manifestas, as quais têm efeitos tanto num plano imediato, como imediato; mas, do lado do próprio sociólogo são também definidas funções, estas de carácter latente, igualmente com efeitos imediatos e mediatos. E conforme os objectivos definidos para o trabalho do sociólogo no quadro de uma dada instituição, assim as funções manifestas de efeitos imediatos podem ser quer a de planeamento, a de investigação, a operacional ou a relacional.

Em todo o caso, na prática profissional extra-universitária o exercício de uma reflexividade sociológica plena pode tendencialmente ser contrariado pelo carácter muitas vezes imediato ou até urgente das solicitações operacionais e relacionais que lhes são dirigidas. Como refere ainda Manuel João Ribeiro, não são raras as vezes em que se assiste a desempenhos profissionais onde apenas se observam dimensões de um, dois ou três dos perfis-tipo definidos ou em que os quatro tipos aparecem desarticulados e não integrados num quadro global da prática profissional.

Neste contexto, um indicador pertinente sobre a reflexividade sociológica na prática profissional dos extra-universitários é o lugar reservado para a escrita, nomeadamente a que tem como destinatários os pares, sejam as comunicações apresentadas em reuniões científicas, sejam os trabalhos publicados nas revistas de sociologia.

Se observarmos genericamente as pertenças institucionais dos sociólogos que apresentaram comunicações nos maiores encontros científicos promovidos pela Associação Portuguesa de Sociologia — os três Congressos e do Encontro de Vila do Conde — é fácil verificar que a frequência da tomada de palavra é inversamente proporcional ao peso relativo dos grupos intra e extra-universitário⁵².

No entanto, numa avaliação mais próxima, também se conclui que o número de trabalhos da autoria de profissionais extra-universitários tem crescido regularmente do primeiro para o último desses encontros. Enquanto no 1º Congresso apenas 14% das comunicações era oriundas desse sector, no 3º Congresso perto de 30% dos comunicantes, em trabalhos individuais ou colectivos, trabalham fora das universidades⁵³. Os mesmos sinais de crescimento são visíveis, de resto, no número de artigos publicados nas revistas nacionais de sociologia e ciências sociais. No caso particular do encontro de Vila do Conde, em 1992, sobre “Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento” as comunicações de fora do sector universitário passaram já os vinte por cento, facto a que não foi alheio o próprio recorte temático da reunião e a forte presença de profissionais de sociologia a trabalharem em autarquias.

A evolução positiva observada a este nível — independentemente do maior ou menor valor acrescentado desses textos, questão que sempre se coloca relativamente a qualquer contribuição, venha ele de dentro ou de fora da universidade —, é sinal de conquista de espaço próprio nas instituições, de consolidação de papéis profissionais e de aquisição de distância reflexiva face à prática profissional quotidiana. Mas continua a haver muitos sociólogos extra-universitários que nunca ou raramente passam ao papel a sua experiência e os resultados do seu trabalho e até

outros que, para além de não o fazerem, consideram, antes mesmo disso, que a sua actividade profissional nada tem a ver com sociologia.

Estes últimos casos configuram verdadeiras situações de identidade profissional negativa. Para além dos efeitos bloqueadores que tem no plano da integração associativa e da afirmação colectiva de um “projecto de profissionalização”, no sentido em que foi referido anteriormente, essa identidade negativa tem também efeitos específicos no plano cognitivo. Nessa postura é o próprio trabalho pessoal e o que nele tem um conteúdo e um potencial sociológico evidente que tende a ser desvalorizado.

Assim, sociólogos há longos anos numa autarquia, onde têm feito levantamentos e caracterizações sociais, estudos de diagnóstico, planeamento cultural ou urbanístico em interacção com agentes locais ou acompanhamento e avaliação de projectos e acções, podem entender que tudo isso não é fazer sociologia; ou, então, docentes do ensino secundário, a ministrarem a disciplina de sociologia e que iniciam os seus alunos ao método sociológico através de experiências exploratórias de trabalho de terreno e de inquirição empírica, podem pensar o mesmo.

Estes serão, mais até do que os cultores do academismo elitista, que subvalorizam a capacidade de produção sociológica dos extra-universitários ao mesmo tempo que sobrevalorizam a sua própria, os melhores intérpretes da cultura da dissociação entre ciência e profissão, nos termos em que António Firmino da Costa a caracterizou⁵⁴, ou seja, a concepção segundo a qual trabalhar em sociologia no ensino e na investigação universitária não é uma profissão e o exercício de profissão fora desse quadro significa não trabalhar em sociologia.

Hoje tudo indica que essa cultura da dissociação continua em declínio, tanto nos meios universitários como nos extra-universitários, apesar de, no caso dos primeiros, continuar a utilizar-se com alguma frequência a palavra “profissionais” por oposição a “universitários” ou “investigadores”.

No caso particular desse segmento dos sociólogos extra-universitários descrentes do seu próprio papel, a sua atitude de auto-exclusão, cognitiva e associativa, pode ser equacionada tendo em consideração factores que vão desde a época de formação, o perfil curricular das licenciaturas nesse momento ou a escola de origem até às circunstâncias institucionais da profissionalização, passando pelo trajecto percorrido por cada um e pelo modo como ao longo dele se foram construindo papéis profissionais.

Com efeito, para aqueles que terminavam a licenciatura há doze ou quinze anos atrás, não só os canais de profissionalização eram naturalmente mais estreitos, como a visibilidade sobre a profissionalização já existente era reduzida, cingindo-se, mais até a visibilidade do que a

profissionalização propriamente dita, ao sub-conjunto, então maioritário, dos docentes e investigadores universitários. Note-se, ainda, que essa fraca visibilidade era também um problema de falta de um espaço alargado de contacto e organização como veio a ser, depois de 1985 e sobretudo após o 1º Congresso, a Associação Portuguesa de Sociologia.

Embora esta problemática da identidade profissional dos sociólogos mereça, em si própria, uma análise mais aprofundada, parece poder aqui apontar-se um efeito tendencial de geração, não num sentido estritamente etário, mas segundo um critério duplo de idade e ano de formação, nem sempre coincidentes. De facto, muitos sociólogos mais jovens, num só ou nos dois critérios apontados, e inseridos em contextos profissionais semelhantes àqueles em que se situam alguns dos seus colegas mais antigos e mais cépticos, revelam uma atitude oposta, tanto em termos de identidade profissional como em termos cognitivos. Indicadores externos disso são quer o índice comparativamente muito mais elevado de filiação associativa, como a prática mais frequente de apresentação de comunicações nos congressos e outras reuniões científicas.

Para além da relação entre postura epistemológica da sociologia e reflexividade social, e do problema do investimento cognitivo na construção de papéis profissionais, uma terceira questão colocada pela profissionalização alargada dos sociólogos, e que é indissolúvel das anteriores, é *da sua capacidade de distanciamento crítico, não só face aos pedidos que lhes são dirigidos pelos que procuram os seus serviços, e aos interesses e crenças subjacentes a esses pedidos, como relativamente às relações de poder instituídas nos contextos onde a sua prática profissional tem lugar.*

Esta é uma questão que a sociologia desde sempre põe a si própria, mas que é normal ser colocada com maior premência quando as procuras sociais se multiplicam e, em resposta a essas procuras, se assiste à intervenção profissional dos sociólogos em múltiplos quadrantes sociais e institucionais.

A este respeito, parece-me exagerada, e algo injusta, a análise de Boaventura Sousa Santos segundo a qual a sociologia portuguesa, em anos mais recentes, oscilou uma vez mais, como já tinha acontecido no período imediatamente posterior ao 25 de Abril, do “guiar para o servir”. Ou seja, teria passado de uma fase de distanciamento crítico para outra em que o compromisso orgânico com o poder instituído “pretendeu tomar a dianteira”, em resultado de “uma certa modernização e também de uma certa governamentalização das práticas sociais e institucionais, ambas impulsionadas pela integração de Portugal na CEE”⁵⁵.

No entanto, o problema do servir acefalamente, segundo uma lógica de utilidade social não sociologicamente nem deontologicamente equacionada, coloca-se de facto.

É justamente neste quadro que se fazem sentir as outras duas das já mencionadas três tentações dos sociólogos: a presunção e a desconcentração. No caso da presunção trata-se da ideia de que a sociologia pode dar respostas a todos os problemas, pondo-se entre parênteses a complexidade do processo de conhecimento sociológico, o não imediatismo ou linearidade das suas aplicações e, com eles, a própria compostura deontológica do sociólogo; no outro é o perigo de, face à pressões no sentido de dar respostas rápidas aos pedidos formulados, o sociólogo poder desconcentrar-se dos procedimentos científicos e técnicos que informam o trabalho sociológico⁵⁶.

Será que estas pressões e os problemas cognitivos e deontológicos que elas suscitam se fazem sentir mais numas zonas do que noutras do espectro de localizações profissionais da sociologia?

Como refere João Ferreira de Almeida, “os controlos exercidos pelos diversos poderes sociais tornam-se mais apertados ao longo do vector que vai da produção de conhecimentos à sua aplicação”⁵⁷. Mas, como o mesmo autor chama a atenção, os que trabalham nas universidades não estão imunes a estas situações-limite. Com efeito, é preciso rejeitar a ideia de que a sociologia extra-universitária está necessariamente mais vulnerável a uma prática tutelada, submissa e acrítica do que a sociologia feita dentro e de dentro para fora da universidade.

Tal posição, acrescente-se, só pode ser resultado de um défice de auto-reflexividade sociológica: em primeiro lugar, porque pressupõe que a prática profissional dentro da universidade não se exerce num quadro de relações de poder, como em qualquer instituição; em segundo lugar, porque ignora que, sobretudo porque presta serviços ao exterior em resposta a solicitações variadas, mas também nas pesquisas de tipo fundamental que desenvolve por sua própria iniciativa, o sociólogo universitário se confronta com as mesmas questões deontológicas que o sociólogo extra-universitário enfrenta na relação com aqueles a quem presta os seus serviços profissionais.

• Uma variante dessa ideia de “puros” e “impuros” é a de que, para difundirem plenamente o potencial da sociologia como instrumento emancipador dos cidadãos, os sociólogos deviam eleger como campos privilegiados de actuação a comunidade e os movimentos sociais, em detrimento dos departamentos estatais ou das empresas privadas, onde qualquer sociologia seria uma sociologia conivente e comprometida (com más causas, entenda-se). Nesta mesma linha de raciocínio, poder-se-ia

então perguntar se a intervenção profissional de sociólogos nas organizações não contribuiria justamente para as modernizar, para potenciar a qualidade e a participação, para, e cito de cor a intervenção de Arminda Neves numa sessão plenária do último Congresso, “levar a cidadania e a democracia para dentro das organizações”? Note-se, de resto, que o desenvolvimento organizacional é uma das áreas que alguns sociólogos têm considerado prioritárias no que respeita ao contributo da sociologia para projectos de desenvolvimento⁵⁸.

O que está aqui em causa é, em suma, o problema da utilidade social da sociologia e o modo como, através da auto-reflexividade sociológica, se pode equacionar e lidar com esse problema. Usando as imagens propostas por dois colegas a este propósito, pode-se dizer que para não serem atingidos pelo “síndrome de Zelig”⁵⁹ os sociólogos podem inspirar-se, no exercício das suas actividades profissionais, no “grilo do Pinóquio”⁶⁰.

O “síndrome de Zelig” consiste basicamente, segundo João Ferreira de Almeida, na “tentação que os sociólogos podem ter de se parecerem a todo o custo com o interlocutor e de responderem às procuras antecipando desejos que se atribuem a esse interlocutor. Assim transformam a pesquisa encomendada em mera justificação da encomenda”⁶¹. O autor acrescenta ainda que esse utilitarismo extremo tem também uma “variante de esquerda”, que é a da sociologia empenhada. Contra isto, que pode “o grilo do Pinóquio”? Nas palavras de Orlando Garcia, ele é o rumor crítico e auto-crítico: “O Grilo é reflexivo e tem princípios disciplinares. Tem um chapéu de chuva o que significa que é avisado. Percebe-se que o Grilo é entendido e vivido. Como não podia deixar de ser, intervém sobretudo nas peripécias e nas complexidades”⁶².

Do que se trata aqui é de, na definição da utilidade da sociologia, nos aferirmos pelas virtualidades e limites da sua capacidade própria e distintiva, ou seja, a de contribuir para o melhor conhecimento da realidade social, e não por definições externas, que traçam conforme os interesses e as circunstâncias linhas divisórias entre o útil e o inútil, inclusivamente, por exemplo, no domínio das políticas científicas. Como defende ainda João Ferreira de Almeida no texto citado, os sociólogos podem e devem preocupar-se com a relevância científica e social dos seus projectos de pesquisa e dos seus objectos de análise, favorecendo desse passo as condições de reflexividade social e a delimitação mais rigorosa da agenda dos problemas sociais, mas para isso não têm de tomar como guia uma utilidade exteriormente estabelecida.

Na mesma sintonia está José Madureira Pinto quando, salientando o trabalho de investigação que a sociologia portuguesa vem realizando numa vasta pluralidade de áreas, pergunta se “haverá conhecimento mais útil do

que o que permite aos actores sociais, incluindo os protagonistas institucionais, situarem-se lucidamente em relação às mutáveis circunstâncias da sua existência” e quando defende a utilização das competências da sociologia no sentido de “ampliar e reestruturar o próprio elenco dos problemas relevantes”⁶³.

Alguns poderão pensar, inadvertidamente, que em certos domínios ou modalidades de intervenção profissional a sociologia é mais susceptível de passar da utilidade social para um utilitarismo extremo, no sentido em que ambos foram definidos. Exemplos disso seriam, por um lado, os projectos de investigação-acção em áreas como a educação, o desenvolvimento ou a exclusão social e, por outro lado, a profissionalização em empresas industriais privadas. No primeiro caso a participação dos sociólogos assumiria necessariamente a forma de uma “sociologia empenhada” e no segundo a forma de uma “sociologia depenada” (permita-se-me também a imagem).

No caso particular dos adeptos da sociologia empenhada, que tenderão a achar que o problema não está no facto de ela se assumir assim, mas na eventualidade de não o fazer, esses dois exemplos configuram mesmo situações que se encontram em extremos opostos do leque de intervenções profissionais dos sociólogos: num caso uma sociologia da mudança, no outro uma sociologia da reprodução; uma “contra o sistema”, a outra a favor dele; uma crítica e outra descaradamente estrutural-funcionalista.

Convém esclarecer que a ideia de que essas formas para-sociológicas ocorrem necessariamente mais nuns sectores de actividade do que noutros é uma ideia equivocada. Elas não são produto de uma espécie de determinações inscritas em certos contextos sócio-institucionais que inexoravelmente empurrariam os sociólogos aí profissionalizados nessa direcção, mas resultam de um défice deontológico e cognitivo na postura profissional. Para retomar expressões já mencionadas, seriam casos de “presunção” e “desconcentração” por parte desses sociólogos. Nesse sentido, qualquer das duas formas para-sociológicas pode existir seja em que *contexto profissional for e o exemplo limite da “desconcentração” seria o dos sociólogos que aceitassem, onde quer que fosse, prestar os seus serviços profissionais para finalidades eticamente intoleráveis.*

Mas um contributo indispensável para esta discussão é o que trazem alguns sociólogos que trabalham ou têm trabalhado justamente em empresas industriais privadas e projectos de investigação-acção.

No caso dos projectos de investigação-acção, onde a sociologia portuguesa tem já considerável experiência acumulada e bastante documentada, basta dizer que tem sido permanentemente reiterada a ideia de que, por mais perseverante, intenso e generoso que seja o empenhamento na

acção, sem o distanciamento reflexivo e auto-reflexivo que só uma postura cognitiva e deontológica lhes pode conferir esses projectos acabam por ser inconsequentes⁶⁴, conclusão que é plenamente convergente com as reflexões e balanços que alguns dos que trabalham em empresas têm feito sobre os seus papéis profissionais.

Como refere Isabel Garcias, a intervenção do sociólogo numa empresa não passa nem pelo “cientismo circunspecto”, nem pela assunção de um papel de “*manager* do social”, “cuja função seria, muitas vezes, reassegurar o senso comum”. O sociólogo assume-se antes como investigador-animador num processo continuado de observação-participante, cuja contribuição mais expressiva reside “no facto de hoje ser impossível gerir uma empresa apenas pela estrutura, mas ser cada vez mais necessário geri-la também pela cultura”⁶⁵.

No mesmo sentido vai Manuel Seca Ruivo quando distingue bem dois planos do compromisso do sociólogo na empresa: se no que respeita aos objectivos desta — rendibilidade e competitividade — ele tem de estar forçosamente numa relação de compromisso com o empresário, já o seu compromisso com “as relações de poder existentes é a negação da sua participação na consecução dos objectivos da empresa”. Porque a realização desses objectivos passa pela mudança da cultura taylorista, ainda largamente predominante, no sentido da cultura da qualidade total, o sociólogo desempenha aí uma função crítica, “não pactuante com o poder”. O autor alerta, no entanto, que isso só acontecerá se o sociólogo se assumir como “tecnólogo e gestor do sub-sistema sociocultural e não como tecnocrata, situação em que podem cair muitos sociólogos quando se deixam enredar na teia da gestão de recursos humanos”⁶⁶.

Gostaria, para terminar, de deixar uma nota breve sobre *as consequências da profissionalização alargada dos sociólogos para as próprias relações entre a sociologia que se faz dentro das universidades e a que se faz fora dela*.

A este propósito é preciso dizer, antes de mais, que a própria noção de uma fronteira, nítida em toda a sua extensão, entre sociologia universitária e extra-universitária, já não faz sentido. Dir-se-ia antes que a dinâmica global de profissionalização deu origem a sub-campos de actividade sociológica, com zonas de sobreposição e zonas de autonomia e especificidade. Com efeito, para além das similaridades mencionadas, a vários níveis, entre papéis profissionais, hoje há cada vez mais projectos e estudos em que intervem simultaneamente sociólogos de dentro e de fora das universidades, incluindo casos em que eles estão de um e de outro lado de uma encomenda de trabalho, e há também um número maior de sociólogos que combina actividades profissionais internas e externas ao mundo académico.

Mas se é verdade que as relações entre universitários e não universitários já não são actualmente encaradas, para a maioria de uns e de outros, como relações de ruptura e desvalorização recíproca, elas não configuram ainda uma vasta e sólida “rede de relacionamentos cooperantes”, conforme com uma verdadeira cultura de associação⁶⁷. Algumas críticas dirigidas por extra-universitários a alegados “sinais de fechamento” da universidade e da linguagem sociológica são prova disso⁶⁸.

Um dos planos privilegiados desse relacionamento é o regresso à universidade de gerações mais antigas de licenciados, já com trajectos profissionais relativamente longos, para adquirirem formação complementar. Embora os candidatos externos a doutoramento sejam ainda casos muito pontuais, hoje já há um número considerável a fazê-lo ao nível de pós-graduações e mestrados, onde têm como colegas aqueles que frequentam esses cursos na sequência directa da licenciatura, o que, apesar de algum desfasamentos de linguagem, não deixará de suscitar trocas mutuamente enriquecedoras. Em todo o caso, este é um domínio onde há larga margem para crescimento, tanto mais que muitos sociólogos extra-universitários afirmam sentir necessidade de reactualização de conhecimentos. Em face da duração longa das carreiras e das mudanças previsíveis de e nos papéis profissionais, coloca-se também aqui, como noutras profissões intelectuais e científicas, a questão da formação permanente.

Mas a relação entre a sociologia intra e extra-universitária não é obviamente uma relação unívoca do tipo “dador-receptor”. Em sentido inverso, põe-se a questão do lugar que as escolas e faculdades de sociologia reservam para acolherem os resultados acumulados nas experiências profissionais que lhes são exteriores e o posicionamento dos próprios sociólogos extra-universitários face a essa possibilidade.

O principal ponto de chegada dessa retroacção desejável da sociologia extra-universitária sobre a universidade é naturalmente o ensino que aí se pratica. O caso recente, e ainda singular, da disciplina optativa sobre “Práticas Profissionais em Sociologia” da licenciatura em Sociologia do I.S.C.T.E. mostra que há condições internas e externas e receptividade para esse encontro ou reencontro da sociologia consigo própria.

O ensino universitário é, sem dúvida, o principal factor de visibilidade entre ciência e profissão. Apesar de ser em boa parte um equívoco, a ideia do desajustamento dos conteúdos curriculares das licenciaturas em sociologia relativamente aos pedidos do mercado de trabalho continua presente nas representações dos estudantes, embora de forma mais atenuada do que na fase em que por ser mais limitada a profissionalização era mais reduzida essa visibilidade. Mas hoje em dia não se pode ter mais

essa discussão — que, diga-se, provavelmente nunca cessará — sem perguntarmos também qual o contributo da sociologia extra-universitária para a formação de base dos estudantes de sociologia. Poderá ser a ausência desse contributo a gerar um verdadeiro hiato entre formação universitária e prática profissional, mas em sentido contrário ao que ainda é costume pensar-se.

Notas

- 1 Gostaria de endereçar um agradecimento muito especial à direcção da Associação Portuguesa de Sociologia por ter disponibilizado informação indispensável à elaboração deste trabalho.
- 2 Ver Augusto da Silva, *O Ensino da Sociologia e a Profissionalização dos Sociólogos*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1986.
- 3 As comunicações apresentadas no painel com essa designação estão publicadas em *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Volume 1, 1990.
- 4 Para alguns desses relatos biográficos ver, especialmente, o volume *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, editado pela Secção do Campo Profissional da Associação Portuguesa de Sociologia em 1990 e reeditado em 1995.
- 5 A importância da cultura profissional é justamente destacada numa das contribuições mais importantes para a análise da profissionalização dos sociólogos em Portugal, o texto de António Firmino da Costa, “Cultura Profissional dos Sociólogos”, *Sociologia — Problemas e Práticas*, nº5, 1988.
- 6 Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992, p. 21.
- 7 Robert Reich, *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, pp. 254-255. Note-se que para Reich analista simbólico e *professional* não são categorias inteiramente coincidentes. Sobre este e outros pontos ver particularmente o capítulo “As três profissões do futuro”, pp. 245-262.
- 8 Erik Olin Wright, *Classes*, London, Verso Editions, 1985.
- 9 Sobre este tema ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in António Reis (coord.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- 10 Alain Touraine, *Production de la Société*, Paris, Seuil, 1973; Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992.
- 11 Sobre estas críticas ver Fernando Luís Machado, “O ensino da sociologia — entre a ciência e a profissão”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 12/13, 1993.
- 12 Cf. Maranhã das Neves, “Engenharia portuguesa: a profissão e o ensino”, *Público*, 9 de Novembro de 1995.
- 13 “Guia das Profissões”, edição especial da revista *Forum Estudante*, 1995.
- 14 Sobre este assunto ver António Teixeira Fernandes, “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”, publicado neste número.
- 15 António Firmino da Costa, op. cit., p. 118.
- 16 António Firmino da Costa, op. cit., p. 120-121.
- 17 Cf. Nicolas Herpin, *A Sociologia Americana — escolas, problemáticas e práticas*, Porto, Edições Afrontamento, 1982.

- 18 Para estes elementos históricos sobre a sociologia americana ver Charles-Henry Cuin e François Gresle, *Histoire de la Sociologie (2. Depuis 1918)*, Paris, Éditions la Découverte, 1992.
- 19 Cf. Nicolas Herpin, *op. cit.*, de onde foram retiradas outras informações factuais sobre o tema.
- 20 Cf. Herbert J. Gans, "Sociology in America: the Discipline and the Public", American Sociological Association, 1988 Presidential Adress, *American Sociological Review*, 1989, vol. 54, February.
- 21 Ver Odile Chenal, "Des Sociologues professionnels reconnus. Le cas des Pays-Bas", in Renaud Sainsaulieu et al., *L'Exercice Professionnel de la Sociologie*, CNRS — IRESO, 1987 e Johan Heilbron, "Particularités et Particularismes de la Sociologie aux Pays-Bas", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 74, 1988.
- 22 Ver Arie Glebbeek, Wim Nieuwenhuysen e Rens Schakelaar, "The Labour Market Position of Dutch Sociologists — an investigation guided by a theoretical model", *The Netherlands Journal of Social Sciences*, 25 (2), 1989
- 23 Cf. Renaud Sainsaulieu et al., *L'Exercice Professionnel de la Sociologie*, CNRS-IRESO, 1987.
- 24 Sainsaulieu, *op. cit.*, p. 9
- 25 Sainsaulieu, *op. cit.*, p. 241.
- 26 Cf. João Ferreira de Almeida, "Trabalhar em Sociologia, Ensinar Sociologia", *Sociologia — Problemas e Práticas*, n° 12, 1992.
- 27 Anthony Giddens, "Nine theses on the future of sociology", in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.
- 28 Keith M. Macdonald, *The Sociology of the Professions*, London, Sage Editions, 1995.
- 29 Frank Parkin, *Marxism and Class Theory — A Bourgeois Critique*, London, Tavistock Publications, 1979.
- 30 António Firmino da Costa, *op. cit.*, p. 114-115.
- 31 Robert K. Merton, *Sociologia — Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970 (ed. orig. 1949), p. 401.
- 32 Expressão citada por Johan Heilbron, *op. cit.*
- 33 No recenseamento de 1981 o nível de maior desagregação a que aparecem os sociólogos é o sub-conjunto dos "sociólogos, psicólogos, antropólogos e especialistas similares" ao passo que no de 1991 aparecem-se no sub-conjunto "sociólogos, antropólogos e similares", tendo os psicólogos conseguido autonomizar-se enquanto categoria de relevância censitária. Não é preciso dizer que também isto é um indicador do grau de implantação das profissões.
- 34 Há, por outro lado, necessária desactualização da informação constante dessa base de dados, uma vez que a situação actual pode já não corresponder à situação no momento em que uma determinada pessoa se tornou sócia da associação. É o caso, entre outros, daqueles que eram estudantes ou ainda não exerciam profissão na altura em que se filiaram e hoje já o fazem.
- 35 Sobre isto ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", *op.cit.*, 1994.
- 36 Ver Ana Teresa Rosa, "O papel do sociólogo numa instituição de poder local", in *Dimensões Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila da Conde. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- 37 Para esta identificação global das linhas de actuação dos sociólogos nas empresas ver João Freire, "Exercício Profissional", in *Sociologia do Trabalho: uma introdução*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, pp. 352-359. Uma análise do papel do sociólogo neste sector pode ser encontrada em Carlos Dias da Silva, *Contributo para o Estudo dos Limites e Possibilidades da Actividade Profissional do Sociólogo em Empresas*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1993.

- 38 Para efeitos de clarificação é preciso dizer que incluí nessa categoria instituições como o Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, o Instituto de Inovação Educacional, o Instituto de Prospectiva, o Instituto Nacional de Investigação Agronómica, o Centro de Estudos e Intervenção Sociológica, entre outros.
- 39 As Câmaras Municipais onde trabalham os sociólogos membros da A.P.S. são as de Lisboa (22), Loures (8), Palmela (4), Sintra e Vila Franca de Xira (3), Amadora, Cascais e Coimbra (2), Abrantes, Albufeira, Almada, Almeida, Covilhã, Estremoz, Évora, Ferreira do Alentejo, Gondomar, Lagos, Nisa, Oeiras, Porto, Santarém e Sesimbra (um sociólogo em cada). No Encontro de Vila do Conde e no último Congresso referenciaram-se ainda sociólogos nas Câmaras Municipais de Baião, Caldas da Rainha, Entroncamento, Montemor-o-Novo, Oliveira do Hospital, Peniche, Setúbal e Torres Novas, sendo também certo que em algumas das maiores Câmaras há mais sociólogos do que aqueles que os dados da A.P.S. registam.
- 40 Ver Luís Manata, "Sociologia: caminhos para a sua expansão", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1990.
- 41 Fernando Luís Machado, *op. cit.*, p. 101. A expressão de Sainsaulieu é do livro já citado, pp. 169-170.
- 42 Anthony Giddens, *The Constitution of Society — Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984. Citações das páginas 351 e 354. Ver também, do mesmo autor, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992, especialmente as pp. 28-34.
- 43 Manuel Villaverde Cabral, "Desenvolvimento, sociologia do desenvolvimento e desenvolvimento da sociologia", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. 1, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993. Citações das páginas 84 e 85.
- 44 Augusto Santos Silva, "A contribuição da sociologia para programas de desenvolvimento", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. 1, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.
- 45 Luís Capucha, "O lugar do sociólogo no desenvolvimento comunitário", in Isabel Valente, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Associação Portuguesa de Sociologia, 1991.
- 46 Orlando Garcia, "O Grilo de Pinóquio — intrigas e enredos na sociologia de projecto", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- 47 Ana Benavente, "Que sociologia na formação de professores?", *Sociologia — Problemas e Práticas*, nº 7, 1989.
- 48 Ver José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, especialmente pp. 113-138. Citações respectivamente das páginas 117 e 199.
- 49 Joaquim Quitério, "A actividade do sociólogo na esfera das organizações e do trabalho — reflexão sobre alguns aspectos e problemas (conclusão)", *Economia e Sociologia*, nº47, 1989, p. 93.
- 50 Ver João Ferreira de Almeida, Fernando Luís Machado, Luís Capucha, Anália Cardoso Torres, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 219.
- 51 Manuel João Ribeiro, "Um quadro integrado da actividade sociológica — reflexões sobre uma experiência profissional", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- 52 A análise de quem toma ou não a palavra nas reuniões científicas, através da apresentação de comunicações, é interessante até num sentido mais vasto, dado que são também

- visíveis diferenças em função do sexo, da idade, do grau académico, das instituições de origem, ocorrendo igualmente algumas delas em proporções invertidas.
- 53 Os números globais referidos não incluem, em qualquer dos casos, comunicações resultantes de teses de licenciatura apresentados por recém-licenciados ainda sem profissão ou de outros autores sem inserção profissional definida. Vale a pena referir o interesse de uma análise mais aprofundada desses trabalhos no sentido de apurar, entre outros aspectos, as inserções institucionais dos seus autores, os temas tratados ou as autorias conjuntas de universitários e extra-universitários.
- 54 António Firmino da Costa, *op. cit.*
- 55 Boaventura de Sousa Santos, “Cinco desafios à imaginação sociológica”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993, p. 64.
- 56 Ver João Ferreira de Almeida, Fernando Luís Machado, Luís Capucha, Anália Cardoso Torres, *op. cit.*, p. 219.
- 57 João Ferreira de Almeida, “Discurso de abertura do 1º Congresso Português de Sociologia”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do 1º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1990, p. 19.
- 58 Ver Augusto Santos Silva, *op. cit.*
- 59 A imagem, que se refere à personagem camaleónica de Woody Allen no filme a que dá o nome, tem sido utilizada por João Ferreira de Almeida. Ver os textos “Trabalhar em Sociologia, Ensinar Sociologia”, *Sociologia — problemas e práticas*, nº 12, 1992 e “O desenvolvimento económico-social e a sociologia”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.
- 60 Ver Orlando Garcia, *op. cit.*
- 61 João Ferreira de Almeida, “O desenvolvimento económico-social e a sociologia”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993, p. 75.
- 62 Orlando Garcia, *op. cit.*, p. 60.
- 63 José Madureira Pinto, “Discurso de Abertura do 2º Congresso Português de Sociologia”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993, p. 18.
- 64 Para além dos textos de Luís Capucha e Augusto Santos Silva, já citados, ver ainda António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Meios populares e escola primária — pesquisa sociológica num projecto interdisciplinar de investigação-acção”, *Sociologia — problemas e práticas*, nº 2, 1987 e Ana Benavente, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Práticas de mudança e de investigação — conhecimento e intervenção na escola primária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, 1990.
- 65 Isabel Garcias, “O sociólogo na empresa: a viragem de uma imagem, o encontro de um perfil”, in Isabel Valente, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa (org.), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Associação Portuguesa de Sociologia, Secção do Campo Profissional, 1990 (2ª edição, 1995), p. 15.
- 66 Manuel Seca Ruivo, “Eu, técnico”, in Isabel Valente, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa (org.), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Associação Portuguesa de Sociologia, Secção do Campo Profissional, 1990 (2ª edição, 1995). Citações das páginas 90 e 91.
- 67 Cf. António Firmino da Costa, “Cultura profissional dos sociólogos”, *op. cit.*, p. 120.
- 68 Rui Banha, “O sociólogo numa autarquia”, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de, "Discurso de Abertura do 1º Congresso Português de Sociologia", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do 1º Congresso português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Vol. I, 1990.
- ALMEIDA, João Ferreira de, "Trabalhar em Sociologia, Ensinar Sociologia", *Sociologia — problemas e práticas*, nº 12, 1992.
- ALMEIDA, João Ferreira de, "O Desenvolvimento Económico-Social e a Sociologia", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Actas do II Congresso Português de Sociologia. Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.
- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in REIS, António (coord.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ALMEIDA, João Ferreira de (coord.), MACHADO, Fernando Luís, CAPUCHA, Luís, TORRES, Anália Cardoso, "Contributos Sociais da Sociologia", in *Introdução à Sociologia*, Universidade Aberta, 1994, pp. 214-222.
- BANHA, Rui, "O sociólogo numa autarquia", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- BENAVENTE, Ana, "Que Sociologia na formação de professores", *Sociologia — problemas e práticas*, nº7, 1989.
- BENAVENTE, Ana, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, "Práticas de mudança e de investigação — conhecimento e intervenção na escola primária", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, 1990.
- CABRAL, Manuel Villaverde, "Desenvolvimento, Sociologia do Desenvolvimento e Desenvolvimento da Sociologia", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Actas do II Congresso Português de Sociologia, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Vol I., 1993.
- CAPUCHA, Luís, "O lugar do sociólogo no desenvolvimento comunitário", in Isabel Valente, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa (org.). *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Associação Portuguesa de Sociologia, Secção do Campo Profissional, 1990 (2ª edição, 1995).
- Código Deontológico*, Associação Portuguesa de Sociologia, 1992.
- COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, "Meios populares e escola primária — pesquisa sociológica num projecto interdisciplinar de investigação-ação", *Sociologia — problemas e práticas*, nº 2, 1987
- COSTA, António Firmino da, "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia — problemas e práticas*, nº 5, 1988.
- DORES, António Pedro, "Uma ideia para ser sociólogo", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do 1º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Vol. I, 1990.
- FERNANDES, António Teixeira, "O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal", *Sociologia — problemas e práticas*, nº 20, 1996.
- FREIRE, João. "Exercício Profissional", in *Sociologia do Trabalho: uma introdução*. Porto, Edições Afrontamento, 1993, pp. 352-359.
- GANS, Herbert J., "Sociology in America: the Discipline and the Public", American Sociological Association, 1988 Presidential Adress. *American Sociological Review*, 1989, Vol. 54, February.

- GARCIA, Orlando, "O Grilo de Pinóquio — intrigas e enredos na sociologia de projecto", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- GARCIAS, Isabel, "O sociólogo na empresa: a viragem de uma imagem, o encontro de um perfil", in Isabel Valente, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa (org.), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Associação Portuguesa de Sociologia, Secção do Campo Profissional, 1990 (2ª edição, 1995).
- GIDDENS, Anthony, *The Constitution of Society — Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.
- GIDDENS, Anthony, "Nine theses on the future of sociology", in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.
- GIDDENS, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992.
- GLEBBEEK, Arie, NIEUWENHUYSEN, Wim, SCHAKELAAR, Rens, "The Labour Market Position of Dutch Sociologists — an investigation guided by a theoretical model", *The Netherlands Journal of Social Sciences*, 25 (2), 1989.
- HEIBRON, Johan, "Particularités et particularismes de la sociologie aux pays-bas", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 74, 1978.
- HERPIN, Nicolas, *A Sociologia Americana — escolas, problemáticas e práticas*, Porto, Edições Afrontamento, 1982.
- MACHADO, Fernando Luís, "O ensino da sociologia — entre a ciência e a profissão", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 12/13, 1993.
- MANATA, Luís, "Sociologia: caminhos para a sua expansão", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do 1º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Vol. I, 1990.
- MACDONALD, Keith M., *The Sociology of the Professions*, London, Sage Editions, 1995.
- MERTON, Robert K., *Sociologia — Teoria e Estrutura*, São Paulo, Mestre Jou, 1970 (ed. orig. 1949).
- PARKIN, Frank, *Marxism and Class Theory — A Bourgeois Critique*, London, Tavistock Publications, 1979.
- PINTO, José Madureira, "Discurso de Abertura do 2º Congresso Português de Sociologia", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Vol. I., 1993.
- PINTO, José Madureira, "A Sociologia e as Dinâmicas da Modernidade", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Vol. I., 1993.
- PINTO, José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- QUITÉRIO, Joaquim, "A actividade do sociólogo na esfera das organizações e do trabalho — reflexão sobre alguns aspectos e problemas (conclusão)", *Economia e Sociologia*, nº 47, 1989.
- REICH, Robert, *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993.
- RIBEIRO, Manuel João, "Um quadro integrado da actividade sociológica: reflexão sobre uma experiência profissional", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- ROSA, Ana Teresa, "O papel do sociólogo numa instituição de poder local", in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- RUIVO, Manuel Seca, "O sociólogo na gestão da empresa — da estratégia à capacidade táctica", *Sociologia — problemas e práticas*, nº2, 1987.

- RUIVO, Manuel Seca, "Eu, tecnólogo", in Isabel Valente, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa (org.), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Associação Portuguesa de Sociologia, Secção do Campo Profissional, 1990 (2ª edição, 1995).
- SAINSAULIEU, Renaud, CHENAL, Odile, GERITSEN, Danièle, LEROY, Jean, MAUCHAMP, Nelly, *L'Exercice Professionnel de la Sociologie*, CNRS-IRESCO, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, "Cinco desafios à imaginação sociológica", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.
- SILVA, Augusto da, *O Ensino da Sociologia e a Profissionalização dos Sociólogos*, Universidade dos Açores. Ponta Delgada, 1986.
- SILVA, Augusto Santos, "A contribuição da sociologia para programas de desenvolvimento", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Vol. I., 1993.
- SILVA, Carlos Dias da, *Contributo para o Estudo dos Limites e Possibilidades da Actividade Profissional do Sociólogo em Empresas*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1993.
- TOURAINÉ, Alain, *Production de la Société*, Paris, Seuil, 1973.
- VALENTE, Isabel, MACHADO, Fernando Luís, COSTA, António Firmino da (org.), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Associação Portuguesa de Sociologia, Secção do Campo Profissional, 1990 (2ª edição, 1995).
- WRIGHT, Erik Olin, *Classes*, London, Verso Editions, 1985.

Fernando Luís Machado, Investigador do CIES e docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. A correspondência pode ser enviada para o autor. CIES / ISCTE — Av. das Forças Armadas, 1600, ou pelo Fax: 01.7940074.